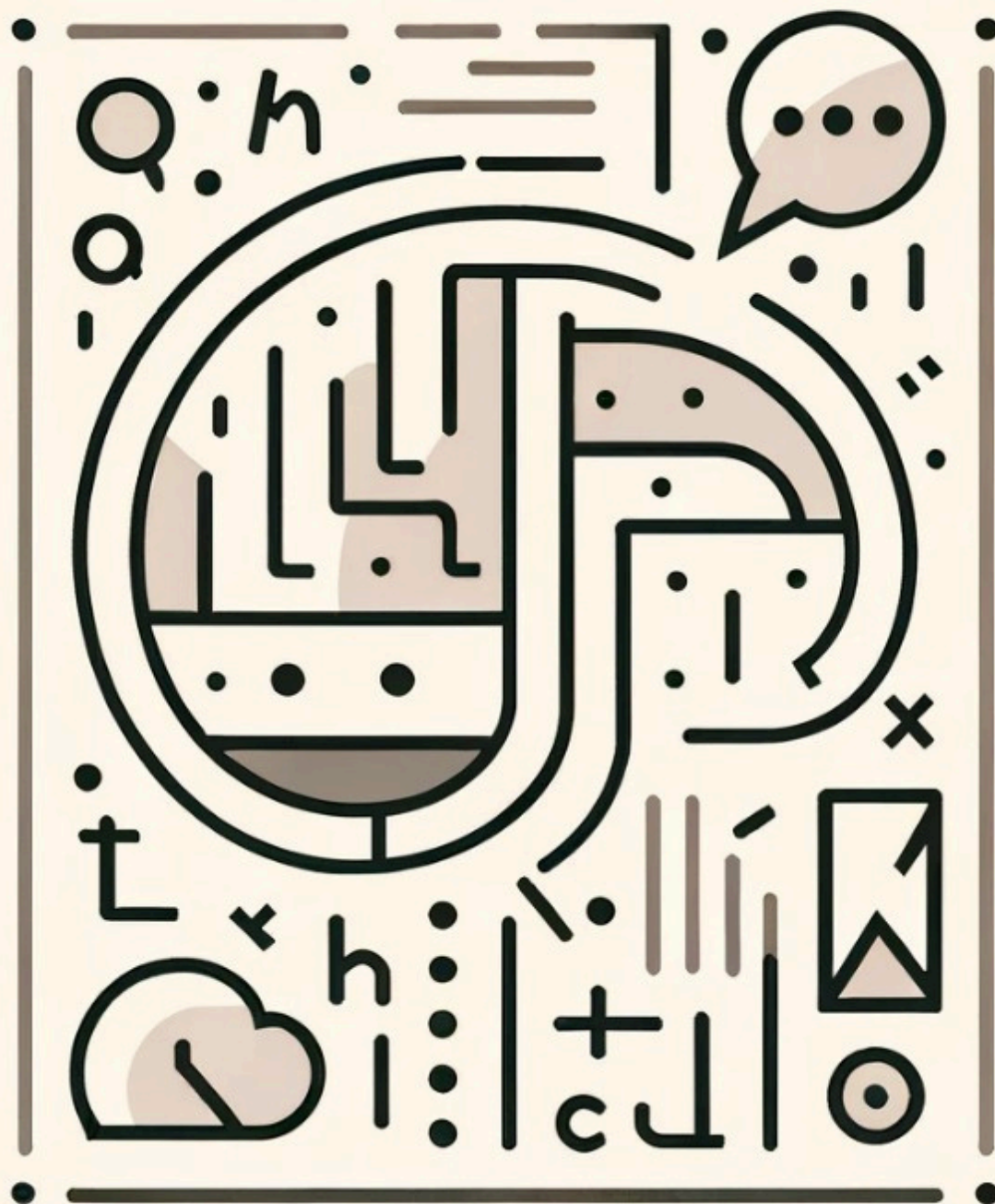


CADERNO DE *SQUIBS*

TEMAS EM ESTUDOS FORMAIS DA LINGUAGEM



V. 9 | N. 1 | 2023

Caderno de *Squibs*

TEMAS EM ESTUDOS FORMAIS DA LINGUAGEM

V. 9 | N. 1 | 2023

ORGANIZADORES

Paulo Medeiros Junior
Universidade de Brasília

Helena da Silva Guerra Vicente
Universidade de Brasília

Marcus Vinicius da Silva Lunguinho
Universidade de Brasília

Elisabete Luciana Morais Ferreira
Universidade de Brasília

Arion de Souza Cruz
Universidade de Brasília

Paula Guedes Baron
Universidade de Brasília

CONSELHO EDITORIAL

Helena da Silva Guerra Vicente
Universidade de Brasília

Marcus Vinicius da Silva Lunguinho
Universidade de Brasília

Paulo Medeiros Junior
Universidade de Brasília

Rozana Reigota Naves
Universidade de Brasília

Paula Guedes Baron
Universidade de Brasília

Elisabete Luciana Morais Ferreira
Universidade de Brasília

Bruna Elisa da Costa Moreira
Universidade de Brasília

Cristiany Fernandes da Silva
Universidade de Brasília

APOIO

Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL)

 **Universidade de Brasília**

CONSELHO CIENTÍFICO

Aroldo Leal de Andrade

Universidade Federal de Minas Gerais

Marina Rosa Ana Augusto

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Indaiá de Santana Bassani

Universidade Federal de São Paulo

Simone Lúcia Guesser

Universidade Federal de Roraima

Ana Paula Quadros Gomes

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Telma Moreira Vianna Magalhães

Universidade Federal de Alagoas

José Ferrari Neto

Universidade Federal da Paraíba

Roberta Pires de Oliveira

Universidade Federal de Santa Catarina

Gabriel de Avila Othero

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Sandra Quarezemin

Universidade Federal de Santa Catarina

Núbia Saraiva Ferreira Rech

Universidade Federal de Santa Catarina

Marcelo Amorim Sibaldo

Universidade Federal de Pernambuco

Claudia Roberta Tavares Silva

Universidade Federal de Pernambuco

André Luis Antonelli

Universidade Estadual de Maringá

Andrea Knöpfle

Fábio Bonfim Duarte

Universidade Federal de Minas Gerais

Adeilson Pinheiro Sedrins

Universidade Federal do Agreste de Pernambuco
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Déborah de Mendonça Oliveira

Universidade Católica de Brasília

Lilian Coelho Pires

Univ. do Estado de Santa Catarina

Alexandre Costa-Leite

Universidade de Brasília

Ana Paula Scher

Universidade de São Paulo

Maria Cristina Figueiredo Silva

Universidade Federal do Paraná

Keli Cristiane Eugênio Souto

Univ. Estadual de Montes Claros

Zenaide Dias Teixeira

Universidade Estadual de Goiás

Thiago Costa Chacon

Universidade de Brasília

Aveliny Mantovan Lima

Universidade de Brasília

Ezekiel J. Panitz

Universidade de São Paulo

Leonor Simioni

Universidade Federal do Pampa

Patricia de Araujo Rodrigues

Universidade Federal do Paraná

Helena da Silva Guerra Vicente

Universidade de Brasília

Rerisson Cavalcante de Araújo

Universidade Federal da Bahia

Poliana Camargo Rabelo

Carlos Felipe da Conceição Pinto

Universidade Federal da Bahia

Andrew Nevins

Universidade Federal do Rio de Janeiro
University College London

Marcus Vinicius da Silva Lunguinho
Universidade de Brasília

Alessandro Boechat de Medeiros
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Bruna Elisa da Costa Moreira
Universidade de Brasília

Jairo Morais Nunes
Universidade de São Paulo

Eduardo Kenedy
Universidade Federal Fluminense

Renato Miguel Basso
Universidade Federal de São Carlos

Aquiles Tescari Neto
Universidade Estadual de Campinas

Suzana Fong
Massachusetts Institute of Technology

Jéssica Viana Mendes
University of Maryland

Eneida de Goes Leal
Pontifícia Univ. Católica do Rio Grande do Sul

Lílian Teixeira de Sousa
Universidade Federal da Bahia

Janayna Maria da Rocha Carvalho
Universidade Federal de Minas Gerais

Karina Gomes Bertolino
Universidade de São Paulo

Lara Frutos González
Univ. Estadual do Oeste do Paraná

Rozana Reigota Naves
Universidade de Brasília

Teresa Cristina Wachowicz
Universidade Federal do Paraná

Virgínia Andrea Garrido Meirelles
Universidade de Brasília

Esmeralda Vailati Negrão
Universidade de São Paulo

Maria Eugenia Lammoglia Duarte
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Maria José Gnatta Dalcuche Foltran
Universidade Federal do Paraná

Roberlei Alves Bertucci
Univ. Tecnológica Federal do Paraná

Marcos Barbosa Carreira
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Ana Regina Vaz Calindro
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes
Universidade Estadual de Campinas

Luisandro Mendes de Souza
Universidade Federal do Paraná

Paulo Medeiros Junior
Universidade de Brasília

ARTE DA CAPA

Fabício de Carvalho Côrtes

LEITURA E PREPARAÇÃO DOS MANUSCRITOS

Helena da Silva Guerra Vicente
Elisabete Luciana Morais Ferreira
Arion de Souza Cruz
Paula Guedes Baron

Linguística. UnB. Caderno de *Squibs*: temas em estudos formais da linguagem. Programa de Pós-Graduação em Linguística.
Laboratório de Estudos Formais da Gramática (LEFOG).
Vol. 9, N.1 (Jun. 2023). Brasília, DF: Universidade de Brasília.
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas.
Semestral. 2015.
ISSN: 2447-1372 (VERSÃO ON-LINE)
CDD 410
CDU 81

SUMÁRIO

Apresentação	7
---------------------	---

Seção homenagem

<i>*Farly</i> : the loss of adjectival adverbializing suffixes John Robert Ross	9
--	---

Squibs

<i>Bora</i> como marcador imperativo-hortativo Rerisson Cavalcante	11
---	----

O efeito da proeminência de raízes na resolução de hiatos do português: por que podemos falar <i>fre(i)ar</i> , mas não <i>passé(i)ar</i> ? Lucas Pereira Eberle	21
---	----

Redobro de possessivos: o desaparecimento em português e o surgimento em francês Ana Regina Calindro Hannah Manes	31
--	----

Artigos

A influência da prefixação com <i>pré-</i> e <i>pós-</i> no comportamento gramatical dos produtos prefixados Luís Henrique Leiria Pinheiro Pablo Nunes Ribeiro	41
---	----

Apresentação

O presente número do **Caderno de Squibs: Temas em estudos formais da linguagem** conta com cinco *papers*, sendo quatro *squibs* e um artigo acadêmico. O texto de abertura, na seção homenagem, é intitulado ***Farly: the loss of adjectival adverbializing suffixes**, de autoria de John Robert “Haj” Ross, e contém ideias seminais sobre a perda de sufixos de adverbialização. O autor explora dados do inglês e também avalia o que pode estar em curso quanto a alguns dados do português. O autor submeteu seu *squib* ao Caderno, e a equipe editorial decidiu homenagear esse linguista *outstanding* como forma de reconhecimento por seu trabalho de pesquisa em linguística e por ser atribuída a Ross a criação do termo *squib* para se referir a um gênero textual acadêmico de curta extensão, em que se discutem questões pontuais e se debatem ideias ainda embrionárias.

Na seção *Squibs*, o primeiro trabalho, **Bora como marcador imperativo-hortativo**, de autoria de Rerisson Cavalcante, discute o termo *bora* como marcador imperativo-hortativo. O autor propõe que *bora* deriva de *vamos embora*, mas que apresenta distribuição distinta deste último. A proposta é que, em sentenças em que o termo *bora* aparece, ele precisa ser gerado na periferia da sentença, em uma projeção funcional do tipo HortP ou JussP, referindo-se sempre a falante + ouvinte, e nunca ao falante e a uma terceira pessoa em que se exclui o ouvinte.

O segundo *squib* dessa seção, de autoria de Lucas Pereira Eberle, tem por título **O efeito da proeminência de hiatos no português: por que podemos falar *fre(i)ar*, mas não *passé(i)ar*?** e traz à baila questões na interface fonologia/morfologia. Em seu texto, o autor defende a ideia de que, em suas palavras, “a aceitação de hiatos no PB é sensível a fatores morfofonológicos”. A opção entre a epêntese ou o alteamento da vogal (tal como demonstrado no título do texto), segundo o autor, vai depender de se a V1 (vogal 1) se encontra na raiz ou no afixo, não sendo possível analisar a resolução de hiatos em verbos do PB sem considerar questões de ordem morfofonológica.

O terceiro *squib*, intitulado **Redobro de possessivos: o desaparecimento em português e o surgimento em francês**, de Ana Regina Calindro e Hannah Manes, tem por objetivo analisar o desaparecimento do redobro dos possessivos de 3ª pessoa em português (*seu* N *dele*) e seu surgimento em francês (*son* N *à lui*, e suas variações de pessoa). As autoras defendem, em seu texto, que a assimetria entre português e francês se dá devido a razões paramétricas. Em português, o redobro desapareceu “devido à mudança no paradigma dos pronomes, com a entrada de novos elementos, como *você*”. Já em francês, a ocorrência do fenômeno se deve ao fato de elementos deficientes poderem, nas palavras das autoras, “se valer de um elemento forte que lhes permita dar uma interpretação plena ao seu referente, seja ele o possuidor ou o possuído, no caso dos possessivos”, embora não seja sempre necessário que os referentes tenham essa interpretação plena.

A ideia final é a de que nessa língua o redobro do clítico não é obrigatório, sendo usado pragmaticamente, quando se intenta desfazer algum tipo de ambiguidade.

Por fim, na seção Artigos, o trabalho intitulado **A influência da prefixação com *pré-* e *pós-* no comportamento gramatical dos produtos prefixados**, de Luís Henrique Leiria Pinheiro e Pablo Nunes Ribeiro, traz uma discussão sobre a influência da prefixação com *pré-* e *pós-* no que os autores chamam de “comportamento dos produtos prefixados”. Os autores põem em escrutínio a literatura sobre a prefixação em língua portuguesa e argumentam que os dados que trazem para análise desafiam o que está estabelecido nas propostas teóricas disponíveis. Segundo Pinheiro e Ribeiro, uma análise sincrônica de dados levantados no Corpus do Português (DAVIS, 2016) revela que, na língua portuguesa, há termos prefixados com *pré-* e *pós-* que apresentam “comportamento divergente” do que está previsto para os resultados de prefixação.

Esperamos que a leitura dos textos desta edição contribua fortemente para a ampliação dos debates sobre os temas enfocados e que instigue, sobretudo, a busca por mais pesquisas e avaliação das propostas teóricas e dos dados sobre os quais tais textos se debruçam.

Tenham todos uma boa leitura!

Paulo Medeiros Junior

**Farly*: the loss of adjectival adverbializing suffixes

John Robert Ross*

Far is more often an adverb than an adjective (*throw it far* vs. *the far hills*) and *hard* is easy to find as an adjective, but in *work hard*, it is clearly an adverb, one of the ten or so monosyllabic Germanic ones which have lost the possibility of being followed by *-ly*.

- (1) a. Run quick(ly)
- b. Talk low(*ly)
- c. Run hard(*ly)
- d. Write fast(*ly)
- e. Aim high(*ly)/long(*ly)
- f. Walk far(*ly)
- g. Shoot straight(*ly)

Spell it wrong is for real people, *spell it wrongly* is for pedants. NOBODY says *spell it rightly*.

- (2) a. Dig deep(*ly)
- b. Write big(*ly)/small(*ly)
- c. Swing wide(*ly)

These two don't insist on *-ly*-lessness:

- (3) a. Come quick(ly)
- b. Drive slow(ly)

Talk soft sounds a bit hicky to me still, but I'm sure it will be the President's English before long. *Dress warm* will take longer.

Slow(ly) are both possible, though when I was growing up, mavens were inveighing against things like *drive slow*.

*E-mail: Haj.Ross@unt.edu.

Nota dos editores: O professor John Robert "Haj" Ross, a quem é atribuída a criação do termo "*squib*" em referência a um gênero textual de curta extensão que aborda questões pontuais, submeteu o presente trabalho à apreciação do Conselho Editorial do Caderno de *Squibs* em 8 de setembro de 2021. As ideias apresentadas neste *squib* foram anteriormente disponibilizadas pelo autor em 2006 no seguinte endereço: haj.nadamelhor.com/category/lingsquibtics/. No processo de edição deste texto, foram realizados sobretudo ajustes de formatação e correções de *typos*. Após avaliação da equipe, decidiu-se publicar este *squib* na Seção "Homenagem" do periódico, como forma de reconhecimento pela contribuição desse notável linguista à ciência.

Somebody should write an (incredibly interesting) thesis on this problem, because the loss of adverbial *-ly* is something that happens in Spanish and Portuguese for *rápido* ('fast'):¹

- (4) Vai comer rápido/rapidamente//lentamente/*lento/ devagar(*mente)
= Go eat quick//slowly

I think there may be others in Brazilian Portuguese, but I can't think of any now.

Yes I can! *Bem* means 'well,' ('in a good manner'), and ****bemmente* is a laugher. *Péssimo* means 'really bad,' and is an adjective in *uma torta péssima* [= a really awful pie], but it can appear with or without *-mente*:

- (5) O Haroldo toca péssimo/pessimamente
= H. plays bad(ly)

I think in *Maria pulou alto* (lit. 'M. jumped high'), *altamente* is impossible. Interestingly, *altamente*, like *highly*, means only *extremely*, not something like *extremely vertically* or *way uply*.²

In French, they have *vite(*ment)* ('fast'): *une auto vite* ('a fast car') / *Jean court vite* ('Jack runs fast') — I don't know about any others.

In German, the process has gone to the max: there is no adverbializing suffix that would correspond to *-ly*.

- (6) Goethe schrieb schnell(***lich)
= Goethe wrote fast

Squib recebido em 8 de setembro de 2021.

Squib aceito em 8 de setembro de 2021.

¹*Nota dos editores:* Apesar de, no exemplo (4), o autor indicar como agramatical a forma *lento* nesse contexto, a sentença com esse atributo é gramatical em nosso julgamento de falantes do português brasileiro: *Vai comer lento*.

²*Nota dos editores:* Em seu trabalho sobre o (suposto) uso adverbial de adjetivo no português brasileiro, Lobato (2008) registra que a forma *alto* é inaceitável como intensificador quando a predicação do atributo recai sobre um sintagma adjetivo, sendo permitida somente a forma com *-mente* (*altamente*):

(i) a. Ele é altamente qualificado para a tarefa. b. *Ele é alto qualificado para a tarefa.
(LOBATO, 2008, p. 230)

Referência:

LOBATO, L. Sobre o suposto uso adverbial de adjetivo: a questão categorial e as questões da variação e da mudança linguística. In: VOTRE, S.; RONCARATI, C. (org.). *Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2008. p. 219-241.

Bora como marcador imperativo-hortativo

Rerisson Cavalcante*

Resumo

Bora deriva diacronicamente da expressão *vamos embora*, mas possui uma distribuição distinta. Ocorre em sentenças imperativas e em interrogativas polares com função de convite, mas não em declarativas e demais interrogativas; não expressa evento independente quando ocorre com um infinitivo; resiste a verbos modais e à negação; não aceita sujeitos expressos; e refere-se a falante mais ouvinte, nunca ao falante e uma terceira pessoa, excluindo o ouvinte. Neste trabalho, defendo que *bora* é um marcador jussivo do subtipo hortativo (cf. PAK; PORTNER; ZANUTTINI, 2008; KIM; KWON, 2020), como *let's* do inglês e *ca* do coreano, gerado em uma posição de núcleo funcional do tipo ForceP ou JussP, responsável por marcar o tipo sentencial.

Palavras-chave: sentenças jussivas; sentenças hortativas; imperativos; português brasileiro; sintaxe gerativa

Abstract

Bora derives diachronically from the expression *vamos embora* ('we-go in-good-hour'), but has a different distribution. It occurs in imperative sentences and in polar interrogatives used as invitations, but not in declarative ones nor in other interrogatives; when it occurs with an infinitive verb, it does not express an independent event; it resists modal verbs and negation; it does not accept overt subjects; and it refers to speaker plus listener, never the speaker and a third person, excluding the listener. In this paper, I argue that *bora* is a jussive marker of the hortative subtype (cf. PAK; PORTNER; ZANUTTINI, 2008; KIM; KWON, 2020), like English *let's* and Korean *ca*, generated in a functional head like ForceP or JussP, responsible for marking the sentential type.

Keywords: jussive sentences; hortative sentences; imperatives; Brazilian Portuguese; generative syntax

*Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: rerissoncavalcante@gmail.com.

1 Introdução

Em português brasileiro (PB), o item *bora* é amplamente utilizado em sentenças como em (1), seja isoladamente, em combinação com advérbios de tempo, sintagmas preposicionadas ou com formas verbais no infinitivo.

- (1) a. *Bora!*
b. *Bora lá / logo / no shopping!*
c. *Bora beber / viajar / andar de bicicleta / estudar inglês?*

Apesar da produtividade, as sentenças com este item não têm sido alvo de atenção da literatura linguística. Na revisão bibliográfica, não localizei nenhum trabalho dedicado ao *status* sintático de *bora*, descrevendo suas características gramaticais. Os poucos trabalhos encontrados versam sobre o comportamento de *embora* como conjunção ou como advérbio (cf. ARAÚJO, 2013; FELÍCIO, 2018), com apenas comentários transversais sobre *bora*.

Diante dessa lacuna, no presente trabalho, analiso as propriedades desse item, buscando identificar suas características sintáticas e semânticas. A pergunta principal é qual é o *status* sintático e semântico desse item na estrutura sentencial do PB. Do ponto de vista sintático, *bora* deve ser considerado um elemento adverbial, um marcador gramatical, um tipo de verbo auxiliar ou deve receber outra forma de tratamento? Do ponto de vista semântico, qual é a contribuição que esse item desempenha para a interpretação da sentença? A hipótese que assumo é que *bora* exerce a função de marcador hortativo. Para defendê-la, mostro que outras opções de análise não dão conta das propriedades apresentadas pelas sentenças em que esse item ocorre.

2 *Bora* como equivalente a *vamos embora*?

Nos dados em (1), *bora* parece desempenhar o mesmo papel de *vamos*, como se pode ver pelas paráfrases em (2), onde *vamos* pode ser um verbo lexical ou auxiliar. Isso levanta a questão de que talvez seja exatamente essa a função exercida por esse item: um substituto de *vamos*, funcionando como um tipo de verbo, mas essa não pode ser toda a história.

- (2) a. *Vamos!*
b. *Vamos lá / logo / no shopping!*
c. *Vamos beber / viajar / andar de bicicleta / estudar inglês!*

Diacronicamente, *bora* surgiu a partir de uma redução fonética de *embora* usado em expressões como *vamos embora*. E *embora*, por sua vez, é redução de *em boa hora* (cf. SAID ALI, 1971, p. 189-190). Esse processo contou com estágios intermediários de *vambora*, *vumbora* e *simbora*. Todas essas formas ainda ocorrem no PB, apesar da maior produtividade de *bora*. Porém, a sequência *vamos bora* é inaceitável, o que enfraquece a hipótese de que o *bora* seja uma redução direta apenas da forma *embora*, sem a incorporação do elemento verbal. A opção alternativa é de que o *bora* tenha assimilado o significado e o comportamento sintático de toda a sequência *vamos embora*. Assim, na estrutura sintática, *bora* poderia ser analisado como ocupando a mesma posição de *vamos* (mas como

verbo defectivo, sem marcas de pessoa, número e tempo), porém assimilando os traços semânticos de toda a expressão *vamos embora*.

Por outro lado, *bora* e *embora* podem coocorrer (“*Bora embora logo!*”), o que enfraquece tal análise. Além disso, há muitos casos em que não é possível simplesmente substituir *bora* por *vamos embora*, como mostram as diferenças entre os dados em (3) e (4), que não se comportam como paráfrases¹.

(3) a. *Bora* estudar inglês. b. *Vamos embora* estudar inglês.

(4) a. *Bora* beber. b. *Vamos embora* beber.

Em (3a) e (4a), para atender ao convite, não é necessário um deslocamento dos interlocutores. Por outro lado, em (3b) e (4b), o convite envolve necessariamente um primeiro deslocamento e uma posterior ação, expressa pelo VP infinitivo. Os interlocutores devem sair de onde estão para algum outro lugar e, então, estudar inglês ou beber. Esse requerimento está ausente em (3a) e (4a). Ou seja, as sentenças em (3a) e (4a) expressam apenas um evento (*estudar inglês* ou *beber*), ao passo que (3b) e (4b) expressam dois eventos.

Isso sugere que *vamos embora* e *bora* não são interpretados da mesma maneira. Ao se combinar com um infinitivo, a sequência *vamos embora* retém conteúdo lexical, expressando a ideia de deslocamento típica do verbo *ir*. *Bora*, entretanto, não expressa um evento independente do verbo infinitivo com o qual se combina, não podendo ser analisado, nesse tipo de construção, como equivalente a um VP lexical.

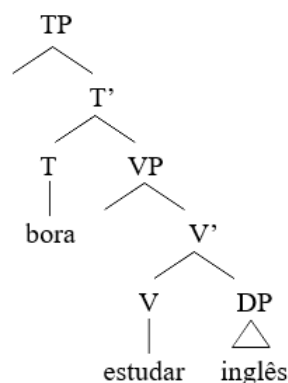
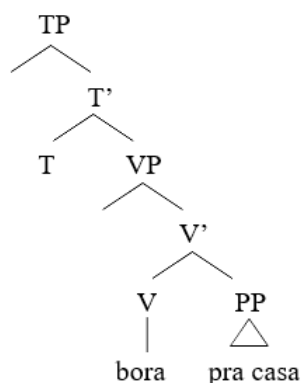
3 *Bora* como equivalente a *vamos*?

A segunda hipótese de análise considera que *bora* equivale apenas a *vamos* como núcleo (não a *vamos embora*), inclusive com sua flexibilidade categorial. Ou seja, no processo de gramaticalização de *vamos embora* para *bora*, esse item perdeu as propriedades sintáticas e semântico-lexicais de *vamos embora*, retendo apenas as propriedades do núcleo *vamos*.

Assim, *bora* teria passado a funcionar como um verbo (defectivo), que ocorre em duas posições sintáticas distintas. Em sentenças como (1a-b), coocorrendo com formas não verbais, *bora* se comportaria como o *vamos* lexical, gerado no V^o, como em (5a). Nessa posição, *bora* pode ter complementos locativos e adjuntos temporais como *logo*². Em (1c), (3a) e (4a), *bora* se comportaria como verbo auxiliar, gerado em um núcleo funcional do IP, possivelmente, em T^o, como em (5b). Nessa posição, *bora* tomaria um VP lexical como complemento.

¹Em meu próprio julgamento, as sentenças (3b) e (4b) exigem uma pausa após *embora*, como se formassem duas orações justapostas.

²Deixamos em aberto a possibilidade de movimento do *bora* lexical para o núcleo T^o, para checar traços (*default*) de tempo, número e pessoa.

(5) a. *Bora* como V^o lexicalb. *Bora* como núcleo funcional T^o

Essa análise, entretanto, enfrenta alguns problemas. Em primeiro lugar, as sentenças com *bora* não permitem a ocorrência explícita do sujeito, como mostram os dados em (6).³

- (6) a. *Nós/a gente *bora* (lá/logo). / *Nós/a gente *bora* (lá/logo)?
 b. *Nós/a gente *bora* sair amanhã. / *Nós/a gente *bora* sair amanhã?
 c. Nós *vamos* sair amanhã. / Nós *vamos* sair amanhã?

Em segundo lugar, a forma *vamos* funciona tanto como flexão do presente do indicativo quanto como verbo no imperativo. Por outro lado, as sentenças com *bora* (combinado ou não com formas verbais infinitivas) não são adequadas como declarativas. Não servem para descrever situações no mundo. Tais sentenças são pragmaticamente adequadas apenas como ordens ou convites. Os exemplos em (7B') e (8B') são ruins no contexto, pois soam como convites feitos ao ouvinte, não como relatos de um plano em resposta a um pedido de informação.

- (7) A: O que vocês dois vão fazer amanhã?
 B: Vamos no cinema e depois a um restaurante.
 B': #*Bora* no cinema e depois a um restaurante.
- (8) A: O que vocês dois vão fazer amanhã?
 B: Vamos visitar um museu e depois passear no centro histórico.
 B': #*Bora* visitar um museu e depois passear no centro histórico.

Isso mostra que, apesar de *bora* poder ser visto como exercendo a função do *vamos*, essa substituição só pode ocorrer em certos contextos, especificamente, em não-declarativas. De fato, Araújo (2013, p. 50) afirma que *bora* seria uma partícula expletiva que substitui *ir* em sentenças imperativas. A caracterização feita pelo autor, porém, é incompleta, pois *bora* também pode ocorrer em interrogativas que sejam interpretadas como convites, como em (9).

- (9) A: *Bora* beber / sair / assistir um filme / jogar xadrez?
 B: Pode ser. / Ok. / Não, obrigado. / Agora eu não posso.

³A presença de um sujeito ou agente, porém, é aceitável, se ocorrer em posição extraposta, como um *after thought*, como em (i), ou, com uma entonação especial, contrastiva, ocorrendo entre *bora* e o infinitivo, como em (ii), em que parece que tanto o sujeito quanto o VP estão extrapostos. Cavalcante e Simioni (2015) analisam essas duas ordens para o sujeito em imperativas.

(i) *Bora* sair daqui, *eu e você*. (ii) *Bora* – *eu e você* – sair daqui.

Apesar da semelhança com imperativos, pela interpretação de convite (já que uma das funções do imperativo é a de fazer pedidos), exemplos como (9) ainda são um tipo de frase interrogativa polar, já que requerem que o falante forneça uma resposta do tipo sim/não. Apesar disso, perguntas polares do tipo convite e imperativas do tipo pedido podem ser vistas como formando uma classe natural, com propriedades em comum. Mas o ponto principal permanece: sentenças com *bora* não funcionam como declarativas.⁴

Em terceiro lugar, sentenças com *bora* são inaceitáveis ou, pelo menos, marginais como subordinadas, ao contrário das sentenças com *vamos*, como mostra o contraste nos dados em (10). Ainda assim, o uso de *vamos* dá a (10c-d) a interpretação de declarativas, de descrições do mundo, não de convites, ordens ou convocações. O uso de *bora* nesse tipo de contexto só é plenamente aceitável no discurso indireto, como em (11).

- (10) a. ??João disse *que bora viajar*. b. ??Ela falou *que bora beber*.
c. João disse *que vamos viajar*. d. Ela falou *que vamos beber*.

- (11) a. João disse: *bora viajar!* b. Ela falou: *bora beber!*

Por outro lado, as sentenças ficam levemente melhores quando o *bora* subordinado ocorre sozinho, substituindo toda a sentença subordinada, como em (12). Nesses casos, pode coocorrer com *sim*, o que não é inteiramente surpreendente, pois o *sim* também pode servir de substituição de uma sentença encaixada inteira, como em (12c).

- (12) a. ?João disse *que bora!*
b. ?João disse *que bora sim!*
c. João disse *que sim!*

Em quarto lugar, sentenças com o verbo *ir* podem ocorrer com verbos modais como *poder*, tanto nos usos lexicais de *ir*, como em (13), quanto nos usos auxiliares, como em (14). Nenhuma dessas configurações, porém, é plenamente aceitável com *bora*, como se pode ver em (15) e (16), embora a ordem em que *bora* segue o modal seja pior do que aquela em que *bora* o antecede.

- (13) a. (Nós) podemos *ir* amanhã. b. (Nós) podemos *ir* amanhã?

- (14) a. (Nós) *vamos* poder viajar. b. (Nós) *vamos* poder viajar?

- (15) a. *Podemos *bora* amanhã! b. *Podemos *bora* amanhã?

- (16) a. ??*Bora* poder viajar! b. ??*Bora* poder viajar?

⁴*Bora* também não é bom em interrogativas QU com o pronome interrogativo movido, mesmo quando possam ser interpretadas como convites, como mostram os exemplos em (ii)

(i) O que vamos fazer? / Quando vamos sair? / Onde vamos (jantar)?

(ii) *O que *bora* fazer? / *Quando *bora* sair? / *Onde *bora* (jantar)?

Porém, quando o QU permanece *in situ*, as interrogativas QU com *bora* são aceitáveis, como em (iii). Nesses casos, a interpretação pode ser de pergunta-eco, mas também de pergunta real. E tais sentenças ainda parecem manter algum sentido de convite ou de especificação dos detalhes de um convite, o que se pode ver no fato de que o uso do verbo *chegar*, em (iv), que não permite a interpretação de convite, torna a sentença pior do que com *sair* ou outros verbos.

(iii) *Bora* fazer o quê? / *Bora* sair quando? / *Bora* (jantar) onde?

(iv) ??*Bora* chegar quando?

A inaceitabilidade de *modal + bora* talvez resulte de uma restrição mais geral à presença de marcas flexionais nas sentenças com *bora*, mas ainda seria necessário descrever qual é o mecanismo sintático que gera esse bloqueio. Mais surpreendente é a inaceitabilidade da configuração *bora + modal*, já que *bora* ocorre com outros verbos infinitivos à sua direita. Isso sugere que o problema é realmente a coocorrência com a categoria modal em si ou, pelo menos, com a noção de possibilidade modal expressa por *poder*.

Quanto aos modais de necessidade, previsivelmente, a incompatibilidade também ocorre com *dever*, como em (17). Com *ter que*, a situação parece mais complexa. A configuração *temos que bora* é inteiramente inaceitável, mas *bora ter que* é aceitável para alguns falantes e apenas marginal para outros (dentre os quais, eu me incluo).

- (17) a. *Devemos *bora* sair / estudar / ir!
b. **Bora* dever sair / estudar / ir!

- (18) a. *Temos que *bora* sair / estudar / ir!
b. %*Bora* ter que sair / estudar / ir!

O que causaria esse *status* diferente da ordem *bora + modal* como *poder* e *dever*, por um lado, e *ter que*, por outro? Por que *dever* e *ter que* não têm um comportamento semelhante, já que ambos são modais de necessidade? O que faz *dever* se alinhar a *poder*, que é um modal de possibilidade? Uma possível explicação é que isso resulte do fato de que *dever* está perdendo espaço para *ter que* em contextos deônticos, tornando-se restrito a contextos epistêmicos, como têm apontado diversas pesquisas (cf. DUARTE, 2012; PESSOTTO, 2014; AUGUSTO, 2015; GONÇALVES; CAVALCANTE, 2020). As sentenças em que o *bora* ocorre parecem expressar um tipo de necessidade deôntica e/ou dinâmica⁵, o que excluiu os usos com *dever*. E, mesmo em usos deônticos, *bora* expressa uma convocação do ouvinte à ação (junto com o falante), não uma permissão ou autorização concedida ao ouvinte, o que exclui os usos com *poder*.

Além disso, é importante que a única ordem em que *bora* é aceitável ou marginal com *ter que* é aquela em que *bora* antecede o modal. Isso sugere que *bora* deve ocupar uma posição mais alta na hierarquia funcional da sentença, além de ser sensível ao tipo e à força modal expressa. Isso nos leva também à quinta diferença.

Em quinto lugar, os usos de *vamos* podem se referir ao interlocutor mais o ouvinte ou ao interlocutor mais uma terceira pessoa, como em (19a). Os usos de *bora*, por outro lado, só se referem ao interlocutor mais o ouvinte. Não podem se referir apenas ao falante e um terceiro, excluindo o ouvinte, como mostra (19b).⁶ Essa diferença está ligada à impossibilidade de usos declarativos de *bora*. Ocorrendo apenas em imperativas e em interrogativas polares de convite, o *bora* é necessariamente direcionado ao ouvinte.

- (19) a. *Vamos* viajar. (= 'eu e você' ou 'eu e ele')
b. *Bora* viajar. (= 'eu e você')

⁵Sendo dinâmica uma necessidade ou tendência intrínseca à pessoa ou situação (ex.: *eu tenho que ir ao banheiro* = 'eu preciso ir ao banheiro'), enquanto a necessidade deôntica é uma obrigação imposta por fatores externos ao sujeito, como uma fonte de autoridade (ex.: *os motoristas têm que parar no sinal vermelho*).

⁶Também há usos de *bora* como ordens dadas pelo falante a si mesmo, numa situação em que o falante simula um diálogo em que exerce ao mesmo tempo o papel de remetente e destinatário.

(i) *Bora*, João!

Por fim, *bora* não pode ser negado pelo marcador negativo pré-verbal *não*, como mostra a inaceitabilidade de (20a), o que pode corroborar a ideia de que esse item não se comporta como um verbo auxiliar defectivo, que aceitaria normalmente a negação.⁷

(20) (*Não) *bora* beber / sair / estudar!

Essas propriedades mostram que *bora* não pode ser analisado como um verbo lexical ou auxiliar flexional. Ele adquiriu outras propriedades sintáticas e semânticas especializadas.

4 *Bora* como marcador imperativo-hortativo

As propriedades elencadas até aqui mostram que *vamos* se comporta ora como um verbo lexical, ora como um verbo auxiliar. Como auxiliar, aparece em sentenças declarativas, interrogativas e imperativas. Já o item *bora* ocorre apenas em imperativas e em interrogativas que tenham a interpretação de convite. Com base nisso, defendo que *bora* se comporta como uma partícula gramatical, como um núcleo funcional com um valor semelhante a um marcador imperativo. Mas, diferentemente de Araújo (2013), que também considera *bora* uma partícula expletiva que ocorre em imperativos, assumo que *bora* é um marcador **hortativo**, no sentido de Pak, Portner e Zanuttini (2008) e de Kim e Kwon (2020).

Nessa perspectiva, sentenças hortativas, imperativas e promissivas são subtipos da família das construções jussivas. Elas têm em comum impõem uma obrigação a uma pessoa do discurso. Em termos técnicos, adicionam uma propriedade à *To Do List* de uma das pessoas (cf. PAK; PORTNER; ZANUTTINI, 2008). As imperativas, representantes mais típicos das jussivas, são sentenças diretivas que impõem uma obrigação sobre o *ouvinte*. As promissivas, por outro lado, impõem uma obrigação sobre o próprio *falante*.⁸ Já as hortativas são sentenças que impõem uma obrigação simultaneamente sobre o *ouvinte* e o *falante*, como as sentenças do inglês com *let's* e as do coreano com a partícula *ca*, como em (21) e (22).

(21) **Let's** leave now! (inglês)
'Vamos/bora sair agora!'

⁷(i) "*Bora não!*" e (ii) "*Não bora não!*" são aceitáveis, mas não funcionam como ordens negativas e sim como rejeições a ordens anteriores, ou seja, como discordância de um "*Bora!*" emitido previamente. E mesmo nesses casos, a negação apenas à direita em (i) soa melhor do que a negação dupla em (ii). Já a negação apenas à esquerda, "*Não bora!*", é inteiramente inaceitável. Por outro lado, o *nada* não-argumental, que funciona como marcador negativo enfático, pode ocorrer ao final, "*Bora (fazer isso) nada!*".

⁸Um exemplo de estrutura gramatical promissiva vem também do coreano, em (i), em que o morfema *-ma* marca a sentença como uma promessa do falante ao ouvinte.

(i) nayil cemsim-ul sa-**ma**. (coreano)
tomorrow lunch-ACC buy-PRM
'I will buy lunch tomorrow.'

(PAK; PORTNER; ZANUTTINI, 2008, p. 158)

- (22) Cemsim-ul sa-ca. (coreano)
 almoço-ACC comprar-HORT
 ('Vamos/bora comprar almoço')

(PAK; PORTNER; ZANUTTINI, 2008, p. 158, adaptado)

A estrutura do inglês com *let's* difere da estrutura do PB com *bora*, pois pode ser usada com interpretação imperativa (direcionada ao ouvinte), como (23a), em que *let us/let's* se comporta como sinônimo de *allow us* e aceita a *tag question* de segunda pessoa *will you*; ou com interpretação hortativa, que não é equivalente a *allow us* e não aceita *will you*, como em (23b) (cf. JARY; KISSINE, 2014, p. 35-40).

- (23) a. Let **me/us** explain what happened before you start shouting, will you?
 b. ?Let us be courageous for a while, will you?

(JARY; KISSINE, 2014, p. 36)

Em minha análise, essas diferenças entre *let's* e *bora* se explicam por *let's* ser ambíguo entre um verbo lexical (equivalente a *allow*) e um marcador hortativo. Por outro lado, *bora* funciona apenas como um marcador hortativo, gerado numa posição sintática acima de NegP e TP. Sendo um marcador hortativo, é especializado para a segunda pessoa e, sendo gerado acima de NegP e TP, não cai sob o escopo da negação (pré-verbal). Além disso, uma vez que *bora* não tem traços verbais nem flexionais, o marcador negativo *não*, mesmo funcionando como um clítico, não pode se mover para o núcleo funcional em que *bora* se encontra, para se cliticizar a ele (cf. MIOTO, 1992; VITRAL, 1999 sobre o *status* clítico do *não* pré-verbal).

A partícula *ca* do coreano também tem essa interpretação exclusivamente hortativa, direcionada a falante e ouvinte, mas com um tom de polidez, ao ponto de Kim e Kwon (2020) chamarem esse tipo de uso de "imperativo polido". No PB, entretanto, o uso de *bora* não carrega esse mesmo tom de polidez. É ou neutro ou pouco polido, não chegando a ser desrespeitoso, mas carregando um sentido de maior assertividade.

Assim, *bora* pode ser analisado como núcleo da categoria funcional de ForceP, responsável pela marcação do tipo sentencial como declarativo, interrogativo, exclamativo ou jussivo (incluindo os subtipos imperativo, hortativo e promissivo), como em (24a). Ou pode-se assumir a existência de uma categoria funcional especializada para as sentenças jussivas, um JussP, como em Pak, Portner e Zanuttini (2008), também gerado acima de TP, seja numa posição alta do próprio sistema IP ou numa posição baixa do sistema CP, como em (24b). Nessa posição, *bora* marca a sentença como imperativa/hortativa, com um traço de segunda pessoa, gerando as propriedades elencadas na seção anterior.

- (24) a. [ForceP [Force' **bora** [TP pro [T' [VP pro [v' beber]]]]]]
 b. [JussP [Juss' **bora** [TP pro [T' [VP pro [v' beber]]]]]]

Em qualquer um dos casos, *bora* ocupa uma posição acima de NegP (quando este estiver presente) e acima do TP, para onde o *não* pré-verbal pode se mover, como em (26).⁹ Isso se confirma pelo fato de que o *bora* pode ter escopo sobre a negação, como em (25).

⁹Encontramos, na literatura sobre o PB, análises que geram o NegP abaixo do IP/TP (cf. VITRAL, 1999; CAVALCANTE, 2012 e outros) ou acima desta categoria (cf. MIOTO, 1992). Em ambos os casos, o *não* pré-verbal estaria abaixo de JussP/ForceP e a ordem "não bora" seria bloqueada. Já o *não* pós-verbal (i.e.,

Dados em que *bora* aparece sozinho ou apenas com adjuntos temporais/locativos, sem elementos verbais, seriam apenas casos de VPs nulos, interpretado contextualmente, como ocorre também com a forma “*shall we?*” do inglês.

- (25) a. Bora [**não** se estressar/desesperar com isso]!
 b. Bora [**não** correr risco de se machucar]?
- (26) a. [ForceP [Force' **bora** [TP pro [T' [NegP [Neg' **não** [VP $\bar{p}\bar{r}\bar{o}$ [V' correr risco]]]]]]]]
 b. [JussP [Juss' **bora** [TP pro [T' [NegP [Neg' **não** [VP $\bar{p}\bar{r}\bar{o}$ [V' correr risco]]]]]]]]

Em sentenças em que *bora* pode, marginalmente, anteceder o modal *ter que*, este seria gerado numa categoria de modalidade deôntica MoodP, no sistema IP, abaixo de TP (cf. CINQUE, 2006, p. 12 a respeito de MoodP_{obligation}), como mostram os dados em que o *ter que* ocorre após o auxiliar de tempo: “*João vai ter que sair*” e “*João está tendo que se adaptar*”.

- (27) a. %*Bora ter que estudar!*
 b. [ForceP [Force' **bora** [TP pro [T' [MoodP [Mood' **ter que** [VP $\bar{p}\bar{r}\bar{o}$ [V' estudar]]]]]]]]
 c. [JussP [Juss' **bora** [TP pro [T' [MoodP [Mood' **ter que** [VP $\bar{p}\bar{r}\bar{o}$ [V' estudar]]]]]]]]

Nas sentenças com *vamos*, a posição desse item depende do seu *status* imperativo (jussivo) ou declarativo. Nos usos não-jussivos, *vamos* seria um auxiliar comum, ocupando um núcleo flexional do IP, como T^o. Nos usos imperativos, *vamos* ocuparia a mesma posição de *bora*, ou Force^o ou Juss^o, como em (28).

- (28) a. *Vamos (ter que) estudar!*
 b. [ForceP [Force' **vamos** [TP pro [T' [MoodP [Mood' **ter que** [VP $\bar{p}\bar{r}\bar{o}$ [V' estudar]]]]]]]]
 c. [JussP [Juss' **vamos** [TP pro [T' [MoodP [Mood' **ter que** [VP $\bar{p}\bar{r}\bar{o}$ [V' estudar]]]]]]]]

5 Considerações finais

Neste *squib*, mostrei as semelhanças e diferenças de comportamento entre o item *bora* e o verbo *vamos*. Essas diferenças sugerem que *vamos* pode ocorrer como verbo lexical gerado em VP, como verbo auxiliar, gerado no sistema IP ou como marcador imperativo-hortativo, gerado em ForceP ou JussP. Já o item *bora* tem apenas um desses usos, comportando-se como um marcador imperativo-hortativo, gerado em ForceP ou JussP.

Referências

ARAÚJO, Francisco Jardes Nobre de. A gramaticalização de *embora*: um caso prototípico. *Verbum: Cadernos de Pós-Graduação*, São Paulo, n. 5, p. 39-53, 2013.

o final de sentenças) é, em muitas análises, gerado em uma posição de núcleo acima do IP e até mesmo de CP (cf. CAVALCANTE, 2012, capítulo 1 para uma revisão), com sua posição pós-sentencial sendo derivada por movimento de todo o CP/IP para o especificador da categoria que aloja este marcador. Essas análises preveem corretamente que o *não* final pode ter escopo sobre o *bora* em JussiveP ou ForceP.

AUGUSTO, Evelin Azambuja. *A expressão da modalidade em peças cariocas: uma análise diacrônica*. 2015. 106f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

CAVALCANTE, Rerisson; SIMIONI, Leonor. A ordem VS em sentenças imperativas do português brasileiro. *Revista Letrônica*, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 304-315, jul./dez. 2015.

CINQUE, Guglielmo. *Restructuring and functional heads: the cartography of syntactic structures*. New York: Oxford University Press, 2006. 220 p.

DUARTE, Eugenia. A expressão da modalidade deôntica e epistêmica na fala e na escrita e o padrão SV. *Revista do GELNE*, número especial, p. 77-94, 2012.

FELÍCIO, Carla Patrícia. *A gramaticalização da conjunção concessiva embora*. 2008. 180 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, 2008.

GONÇALVES, Maciele; CAVALCANTE, Rerisson. Verbos modais na comunidade de Sapé (BA). *Revista Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 67, p. 271-296, jul./dez. 2020.

JARY, Mary; KISSINE, Ritchie Mikhail. *Imperatives*. Cambridge University Press. 326 p.

KIM, Ahrim; KWON, Iksoo. The Korean hortative construction revisited: prototypical and extended functions. *Pragmatics*, v. 30, n. 3, p. 351-380, ago. 2020.

MIOTO, Carlos. *Negação sentencial no português brasileiro e a teoria da gramática*. 1992. 238 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Campinas, Campinas, 1992.

PAK, Miok; PORTNER, Paul; ZANUTTINI, Raffaella. Agreement in promissive, imperative, and exhortative clauses. *Korean Linguistics*, v. 14, p. 157-75, 2008.

PESSOTTO, Ana Lucia. Epistemic and gradable modality in Brazilian Portuguese: a comparative analysis of 'poder', 'dever' and 'ter que'. *ReVEL*, special issue 8, 2014.

SAID ALI, Mohammed. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1971. 375 p.

VITRAL, Lorenzo. A negação: teoria da checagem e mudança linguística. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 57-84, 1999.

Squib recebido em 28 de agosto de 2023.

Squib aceito em 6 de novembro de 2023.

O efeito da proeminência de raízes na resolução de hiatos do português: por que podemos falar *fre(i)ar*, mas não *pass(e)ar*?

Lucas Pereira Eberle*

Resumo

Os verbos terminados em *-ear*, no português brasileiro (PB), possuem hiatos no *input* como resultado do encontro entre a vogal na raiz/radical (V1) e a vogal na desinência verbal (V2). Esses verbos contêm uma assimetria quando a conjugação resulta na V1 [e] átona, pois, enquanto a maioria dos verbos prefere manter a forma fiel ao *input* ou altear a vogal para [i] (*pass*ear – *pass*[i]ar), um pequeno grupo de verbos bloqueia o alteamento e prefere a epêntese de [j] (*fre*[j]ar). Tendo isso em vista, o objetivo deste trabalho é defender que a aceitação de hiatos no PB é sensível a fatores morfofonológicos. A pesquisa foi experimental e feita através de um teste de julgamento de aceitabilidade. Os resultados mostraram que essa assimetria ocorre devido ao status morfológico da V1, isto é, que a epêntese é possível quando a V1 é parte da raiz (*fre+ar*), mas quando ela é um afixo, apenas o alteamento pode ocorrer (*pass+e+ar*). Por fim, conclui-se que a epêntese ocorre por demanda de proeminência na raiz, e o bloqueio do alteamento por demanda de fidelidade com a raiz e que não é possível analisar a resolução de hiatos em verbos do PB sem considerar o caráter morfofonológico.

Palavras-chave: morfofonologia; assimetria posicional; conjugação verbal; proeminência de raízes; variação

Abstract

Verbs ending in *-ear*, in Brazilian Portuguese (BP), have hiatus in the input as a result of the joining of a vowel in the root/stem (V1) to an inflectional vowel (V2). These verbs contain an asymmetry when the conjugation results in an unstressed V1 [e] because, while most verbs prefer to maintain faithful to the input or raise the vowel to [i] (*pass*ear – *pass*[i]ar, ‘to walk’), a small group of verbs blocks heightening and prefers the epenthesis of [j] (*fre*[j]ar, ‘to break’). Thus, the objective of this work is to defend that the acceptance of hiatus in BP is sensitive to morphophonological factors. The research was experimental and an acceptability judgment test was carried out. The results showed that this asymmetry occurs due to the morphological status of V1, that is, epenthesis is possible when V1 is part of the root (*fre+ar*), but when it is an affix, only heightening can occur (*pass+e+ar*). It is concluded that epenthesis occurs due to a demand for prominence in the root, and blocking of heightening due

*Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. E-mail: eberle.lp@gmail.com. ORCID: 0000-0003-4275-7848. O presente trabalho contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP 2021/12853-4).

to root faithfulness, and that it is not possible to analyze the resolution of hiatus in BP verbs without considering their morphophonology.

Keywords: morphophonology; positional asymmetry; verb conjugation; root prominence; variation

1 Introdução

Hiatos são bastante frequentes no português brasileiro e, geralmente, não representam nenhum problema fonológico para a língua. Entretanto, determinados hiatos são evitados através da epêntese de um glide intervocálico, como é o caso dos hiatos formados pela vogal [e] seguida de outra vogal. Tal fenômeno ocorre desde o século XVI na língua, período em que as palavras *cheo* e *alheo*, por exemplo, passaram a ser pronunciadas como *cheio* e *alheio* (TEYSSIER, 1982, entre outros).

A epêntese do glide [j], marcada ortograficamente por “i”, também se estendeu aos verbos da língua que, em sua forma subjacente (*input*), são formados pelo encontro de uma primeira vogal (V1) [e], que é, em geral, parte da raiz/radical, e uma segunda vogal (V2), que pode ser vogal temática ou parte da flexão verbal, por exemplo, os verbos da terminação *-ear*, como *passear*, *mapear*, *frear*, *guerrear*, *cear*, entre outros.

Nesses verbos, a epêntese de [j] é obrigatória em determinadas conjugações, como na primeira pessoa do singular do presente do indicativo: (eu) *passeio*, (eu) *freio*, (eu) *mapeio*. Contudo, em outras conjugações, a epêntese pode ser agramatical ou opcional; por exemplo, *passeiar* é uma pronúncia agramatical do verbo *passear*, mas *freiar* é uma das pronúncias possíveis do verbo *frear*. Este trabalho tem como objetivo discutir a assimetria na ocorrência, ou não, da epêntese na terminação verbal *-ear*.

Na seção seguinte, são apresentadas uma discussão dessa assimetria e uma revisão da bibliografia sobre o tema. Na seção 3, são apresentados os materiais, métodos e resultados da dissertação de mestrado de Eberle (2022), que serviram de base para uma nova análise do fenômeno a partir de uma proposta morfofonológica, que é apresentada na seção 4. Por fim, na seção 5, são apresentadas as conclusões.

2 A terminação verbal *-ear*

De acordo com Eberle (2022), em determinados contextos fonológicos, os hiatos da terminação *-ear* são evitados nas formas de superfície (*output*). Como pode ser visto no Quadro 1, a forma fiel ao hiato é gramatical quando a V1 [e] ocupa uma sílaba pretônica (átona), como em (a) e (b). Ao mesmo tempo, a V1 pode sofrer alteamento de [e] para [i] na grande maioria dos verbos, devido a um fenômeno comum ao PB: o alteamento de vogais pretônicas (BISOL, 1981, entre outros). Entretanto, isso não ocorre com verbos como *frear*, que nunca é pronunciado como [fri'ar], forma considerada agramatical.

Quadro 1 — Verbos da terminação *-ear* (formas agramaticais estão marcadas por “*”)

Ortografia	Input	Outputs		
		V1 fiel ¹	Epêntese de [j]	Alteamento da V1
a. passear	/paseaR/	[pase'ar]	*[pasej'ar]	[pasi'ar]
b. frear	/freaR/	[fre'ar]	[fej'ar]	*[fri'ar]
c. eu passeio	/paseo/	*[pa'seʊ]	[pa'sejʊ]	*[pa'siʊ]
d. eu freio	/freo/	*['freʊ]	['fejʊ]	*['friʊ]

Fonte: elaborado pelo autor.

O verbo *frear*, assim como os verbos *cear* e *estrear*, fogem à regra do alteamento. Desse modo, em vez de sofrerem alteamento da V1, podem passar por um processo de epêntese do glide palatal [j] entre a V1 e a V2, que resulta na dissolução do hiato, fenômeno também denominado, na literatura, de *resolução de hiatos* (CASALI, 2011).


De modo semelhante, quando a V1 [e] está em sílabas acentuadas, como nos casos (c) e (d) (Quadro 1), tanto a forma fiel ao *input* quanto a forma com alteamento são agramaticais. Nesses casos, o hiato também é resolvido, isto é, desfeito, através da epêntese do glide [j]. A diferença está no fato de que, em posições acentuadas, a epêntese é categórica no PB, enquanto em posições átonas, é variável para um pequeno grupo de verbos e agramatical para todos os outros.

Rodrigues (2007) argumenta em seu trabalho, desenvolvido de acordo com a Teoria da Otimidade Clássica (PRINCE; SMOLENSKY, 1993), que a resolução dos hiatos da terminação verbal *-ear* através da epêntese de [j] é motivada pela promoção da restrição de marcação ONSET (PRINCE; SMOLENSKY, 1993), segundo a qual todas as sílabas devem ter ataque, em detrimento de outras restrições de fidelidade, característica da língua adquirida durante a evolução do português. Além disso, Rodrigues (2007) também aponta que a epêntese seria sistemática em formas rizotônicas (isto é, quando o acento recai sobre a raiz), e que verbos como *frear* e *cear* possuiriam um glide epentético já no *input*, pois são os verbos em que o glide aparece também em formas arrizotônicas (Quadro 1, (b)).

A seguir, no Quadro 2 é apresentado o *tableau* desenvolvido pela autora. De acordo com a análise, os candidatos (a), (b) e (d) seriam eliminados primeiramente, pois possuem sílabas sem ataque e, portanto, violam a restrição mais alta da hierarquia (ONSET). Em sequência, o empate entre os candidatos (c) e (e) é desfeito com a restrição HARMONY (elementos da rima devem apresentar o mesmo traço), pois (c) a viola ao ter uma vogal [+anterior], [e], e um glide [-anterior], [w], portanto, o candidato vencedor seria apenas (e).

¹“V1 fiel” refere-se ao traço de altura [-alto, -baixo] da vogal [e] que se mantém igual ao da vogal no *input*, portanto, fiel.

Quadro 2 — Análise do verbo *cear*²

/se.'ja.mos/	ONSET	DEP IO	WTS	OCP	HARMONY
a. [se.'a]mos	*!		*		
b. ['sej.'a]mos	*!	*	*		
c. [sew.'wa]mos		*	*	*	*!
d. [sew.'a]mos	*!	*			
e. [sej.'ja]mos 		*	*	*	

Fonte: Rodrigues (2007, p. 23).

Todavia, a análise de Rodrigues (2007) desconsidera o fato de que o PB aceita hiatos em certos contextos. Diante disso, a restrição ONSET não pode ser tão alta na hierarquia, pois se assim fosse, não existiriam hiatos no PB. Com isso, por exemplo, o candidato (a), no *tableau* desenvolvido pela autora (Quadro 2), nunca seria uma forma ótima, o que não é correto, pois a forma fiel é possível quando a V1 está em posição átona.

Ademais, embora seja fonologicamente semelhante, a vogal [e] nos verbos de terminação *-ear* não tem o mesmo caráter morfológico em todos os verbos. Na grande maioria, a vogal [e] é a realização fonológica de um morfema verbalizador (LEMLE, 2002; OLIVEIRA, 2009; BASSANI, 2013; RESENDE, 2020), como mostrado a seguir:

- (1) passear — *pass* + *e* + *ar*
 mapear — *map* + *e* + *ar*
 guerrear — *guerr* + *e* + *ar*

Por outro lado, em alguns verbos, como *frear*, *cear* e *estrear*, esse mesmo expoente fonológico do morfema verbalizador não é encontrado e a vogal [e], na realidade, faz parte da raiz, por exemplo, *fre* + *ar*, *ce* + *ar* e *estre* + *ar*. Uma evidência para considerar a vogal [e] desses verbos como raiz é que a vogal está presente nas formas nominais, com epêntese, por ser V1 [e] acentuada, como em *freio*, *ceia* e *estrela*, diferentemente dos demais verbos, em que não há [e] na raiz, como mostrado em (1).

Tendo isso em vista, o objetivo deste texto é dialogar com a proposta de Rodrigues (2007) e defender, a partir dos resultados apresentados por Eberle (2022), que a aceitação, ou evitação, de hiatos no PB é sensível a fatores morfofonológicos, como a posição acentuada e o *status* morfológico da V1. Além disso, propõe-se a existência de dois subgrupos distintos de verbos da terminação *-ear*, que possuem aspectos fonológicos e morfológicos característicos. Para isso, este trabalho se debruçará sobre a assimetria encontrada nas posições átonas, em que alguns verbos aceitam a epêntese e rejeitam o alteamento, enquanto outros rejeitam a epêntese e aceitam o alteamento.

²Descrição das demais restrições por Rodrigues (2007, p.11-12): DEP (todo elemento do output deve apresentar um correspondente no input; não pode haver inserção do *input* para o *output*); WTS (peso ao acento: toda sílaba acentuada deve ser pesada) e OCP (não podem existir elementos idênticos adjacentes).

3 Materiais e métodos

Para defender a existência de uma sensibilidade a fatores morfofonológicos na terminação *-ear*, foram utilizados os resultados obtidos na dissertação de mestrado de Eberle (2022). A pesquisa do autor abordou, experimentalmente, três diferentes fenômenos envolvendo sequências vocálicas do PB, quais sejam: a monotongação de ditongos orais, a ditongação de sílabas finais terminadas em /s/, e a resolução de hiatos da terminação *-ear* e *-oar*. Dos três, este trabalho se utilizará apenas dos resultados obtidos na resolução de hiatos da terminação *-ear*.

Nas próximas subseções, serão descritos os materiais e métodos, assim como uma breve descrição dos resultados.

3.1 Participantes

Ao todo, foram recrutados 98 participantes, dos quais 62 fizeram parte da versão do experimento com palavras existentes do PB, e os outros 36, com logatomas, que são palavras inventadas respeitando a fonotática da língua. A diferença entre os experimentos será descrita na subseção seguinte.

O recrutamento dos participantes foi feito através das redes sociais. Os critérios de seleção eram que (i) todos deveriam ser falantes nativos de umas das variedades dialetais faladas no estado de São Paulo; (ii) ter idade igual ou acima de 18 anos; e (iii) ter ensino superior (completo ou incompleto).

Todos os participantes assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes de iniciar os experimentos.

3.2 Materiais

Para o experimento com palavras existentes, foram selecionadas 6 palavras contendo um dos três hiatos /ea/, /ee/, /eo/, variando em posição de V1 acentuada e não acentuada, e V1 em sílaba inicial ou medial. Para o experimento com logatomas, foram criadas 6 palavras, tomando como base palavras existentes no PB e seguindo as mesmas variáveis das palavras reais, conforme pode ser observado no Quadro 3:

Quadro 3 — Verbos da terminação *-ear*

	V1 em sílaba inicial			V1 em sílaba medial		
Existentes	frear	freei	ceou	basear	penteei	sorteou
Inventadas	vear	veei	beou	bojear	naleei	cafeou

Fonte: elaborado pelo autor.

Além das palavras-alvo, foram adicionadas palavras distratoras que tivessem três pronúncias distintas, com uma proporção duas vezes maior que as palavras-alvo, por exemplo, a pronúncia do plural de *pão* (*pãos, pães, pões*). Todos os itens foram gravados dentro de uma frase-veículo contextual, mas mantendo uma simetria sintática, isto é, sentenças de mesmo tamanho e com a palavra-alvo no centro da sentença. A gravação das frases foi feita por uma falante nativa de 21 anos da região de Campinas (SP) que foi instruída a ler cada palavra-alvo com três possibilidades de pronúncia: V1 fiel, epêntese de [j] e alteamento da V1, conforme o seguinte exemplo:

- (2) V1 fiel: “o motorista teve que *frear* o carro rapidamente”
 Epêntese de [j]: “o motorista teve que *frei*ar o carro rapidamente”
 Alteamento da V1: “o motorista teve que *fri*ar o carro rapidamente”

3.3 Procedimento

Os experimentos foram construídos em formato *online*, através da plataforma *Experigen* (BECKER; LEVINE, 2013), de forma que cada participante pôde acessá-lo remotamente. De posse do experimento, cada informante foi apresentado a três pronúncias da mesma palavra em uma mesma tela do experimento. Isto foi feito com uma série de palavras e o objetivo era avaliar cada uma das pronúncias como *natural* ou *não natural*. Os áudios com as pronúncias foram apresentados em ordem aleatória e distinta para cada participante e as palavras-alvo e distratoras estavam ocultadas na frase que aparecia escrita na tela, para que não houvesse influência da ortografia, como exemplificado em (3):

- (3) “o motorista teve que _____ o carro rapidamente”

3.4 Resultados e discussão

Os resultados são referentes à aceitação da epêntese, do alteamento e da forma fiel em palavras reais e inventadas (logatomas), isto é, referem-se às respostas obtidas como *natural* nos experimentos. Destaca-se que foram analisadas apenas as formas que possuíam V1 em posição átona.

Antes da descrição dos dados, é importante ressaltar que, por coincidência, os verbos existentes que possuem V1 em sílaba inicial são aqueles que possuem V1 na raiz, como é o caso de *frear* e *cear*³; enquanto a V1 em posição medial é sempre um afixo. Portanto, a distinção inicial vs. medial será tratada como raiz vs. afixo, respectivamente, para as palavras reais.

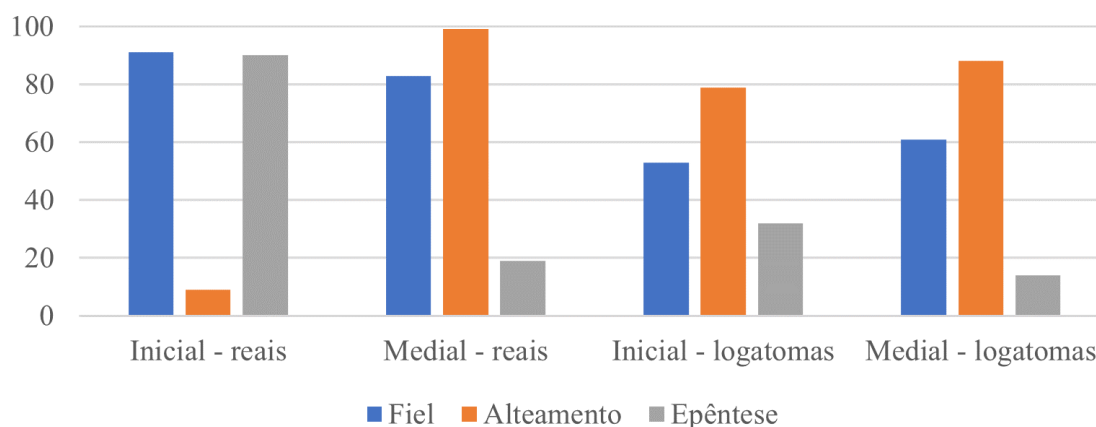
No gráfico mais abaixo (Figura 1), pode-se ver, nas palavras reais, como a aceitação da epêntese é maior quando a V1 é parte da raiz (posição átona inicial), sendo bastante rejeitada em posição átona medial. Contrariamente, o alteamento é bastante aceito em posição medial, e altamente rejeitado na raiz, conforme previsto. Além disso, ainda no gráfico, percebe-se que a forma fiel ao *input* sempre é bastante aceita, demonstrando que hiatos são aceitos no PB, e reforçando, portanto, que a restrição ONSET não pode ser forte na língua.

³O verbo *estrear* não foi analisado por Eberle (2022).

Por outro lado, em logatomas, o alteamento foi mais aceito em ambas as posições, inicial e medial, do que a epêntese (Figura 1), embora a aceitação da epêntese em posição inicial tenha sido relativamente maior que em posição medial.

Esse resultado se explica porque, em palavras inventadas, não é possível que os falantes tenham intuição sobre o *status* morfológico da vogal [e], de forma que a interpretam como morfema verbalizador, pois é a forma que ocorre na grande maioria dos verbos da terminação *-ear*⁴, i.e., a forma *default*, ou seja, a forma padrão da língua. Por isso, ocorre bastante rejeição da epêntese em sílabas iniciais de palavras inventadas, pois toda V1 [e] é interpretada como afixo. Dessa forma, o estudo com palavras inventadas permite uma análise menos enviesada dos fenômenos fonológicos, pois perde-se a influência da norma padrão, da escrita, da familiaridade, da frequência de ocorrência e da etimologia da palavra (NEVINS, 2016).

Figura 1 — Porcentagem de aceitação de cada variável



Fonte: elaborado pelo autor.

Assim, baseando-se nesses resultados, pode-se afirmar que os falantes têm a intuição de que *frear*, *cear* e *estrear* são verbos que possuem V1 [e] como parte da raiz.

4 Proposta morfofonológica

Baseando-se nos resultados descritos acima, argumenta-se que a diferença morfofonológica (raiz vs. afixo) é o ponto principal para entender os diferentes comportamentos da vogal [e] em posições de V1 átona. Defende-se que diferentes características morfológicas ativarão diferentes restrições fonológicas, resultando em diferentes *outputs* ótimos. Isto é, o *input* será fonologicamente igual para todos os verbos da terminação *-ear*, e as diferentes formas de superfície serão resultado dos diferentes traços morfológicos presentes no input. Portanto, a proposta morfofonológica mostra-se mais econômica e

⁴Os casos de [e] como parte da raiz são a exceção e são atestados apenas nos verbos *frear*, *cear*, *estrear*, *mear*, *enfear* (e seus derivados).

generalista do que assumir que apenas alguns verbos específicos da língua, por alguma razão desconhecida, possuem o glide desde o *input*, como propõe Rodrigues (2007).

Outra diferença em relação à proposta de Rodrigues (2007) é em relação à motivação da epêntese. Como discutido anteriormente, hiatos são aceitos no PB, embora alguns passem por resoluções nos poucos contextos em que são proibidos, por exemplo, em posição de V1 [e] acentuada. Em geral, isso acontece quando o acento recai sobre a V2 e os hiatos se mantêm ou podem ser transformados em ditongos crescentes [passear] – [passiar] – [passjar]. A obrigatoriedade da resolução ocorre apenas em posições de V1 acentuada, com exceção da vogal [a], que sempre ou se mantêm (c[a]ótico) ou a V2 é transformada em glide, formando um ditongo (caos – ca[w]s).

Como apresentado anteriormente, especificamente, nos verbos da terminação *-ear*, o hiato é evitado sempre que a V1 é acentuada, ocorrendo a epêntese como resolução. Nos verbos de mesma terminação, quando a V1 está em posição átona, se a vogal é parte da raiz, a epêntese tende a ocorrer; mas se for um morfema verbalizador, a epêntese é fortemente evitada.

Diante disso, em conformidade com os trabalhos de Beckman (1998) e Smith (2005), argumenta-se que a resolução de hiatos seja uma consequência de restrições universais que incidem sobre sílabas fortes, como as sílabas acentuadas e/ou iniciais e raízes. Essas posições, também denominadas de privilegiadas, são as mais proeminentes nas línguas, podendo desencadear ou resistir a fenômenos fonológicos, e devem, preferencialmente, carregar material segmental também proeminente. Segundo Smith (2005), a proeminência pode ser entendida como sonoridade, isto é, quanto mais sonora uma sílaba for, mais proeminente ela é.

Assim, com base nos hiatos permitidos no PB, defende-se que a única vogal capaz de satisfazer a posição de V1 acentuada é a vogal [a], que é a vogal com maior sonoridade (PARKER, 2002 e PARKER, 2011). Enquanto as demais [e ε i o ɔ u] tendem a passar por processos de aumento de proeminência (SMITH, 2005). Com isso, a vogal [e], por ter sonoridade insuficiente para ocupar uma posição de V1 acentuada, ao ocorrer a epêntese de [j], a sílaba que antes sofria de carência de proeminência passa a satisfazer as demandas de sonoridade, tornando-se uma sílaba boa. Embora menos comuns, as vogais [i], [u] e [o] também têm sofrido desses fenômenos, como são os casos delas nos verbos *odiar* (odeio), *ansiar* (anseio), *suar* (suo ~ so[w]o), *boa* (bo[w]a) e *voar* (vo[w]a).⁵

Em suma, a vogal [e] de verbos como *passear*, *mapear* e *guerrear* sofre do aumento de proeminência quando está em posição de V1 acentuada. De outra forma, quando átona, em geral, a mesma vogal passa pelo alteamento da V1 [e] para [i], que reduz a proeminência, o que é preferível em sílabas átonas.

Porém, a vogal [e], em verbos como *frear*, *cear* e *estrear*, sofre de processos de aumento de proeminência, tanto em sílabas acentuadas quanto em sílabas que são parte da raiz. Portanto, é possível a epêntese mesmo em posições átonas, pois ainda existe a demanda por aumento de proeminência da raiz (embora não categórica nesse caso). Além disso, nesses verbos o alteamento é bloqueado, por isso, acredita-se que exista também uma força de fidelidade com a raiz que impede essa mudança.

⁵[ε ɔ] em geral não aparecem como V1 de hiato, mas como vogal nuclear de ditongo.

5 Conclusão

Neste texto, foi apresentada a assimetria das conjugações verbais da terminação *-ear* no PB, especialmente quando a conjugação resulta em uma V1 em posição átona. Enquanto a grande maioria dos verbos prefere manter a forma fiel ou altear a vogal [e] para [i], um pequeno grupo de verbos bloqueia o alteamento e prefere a epêntese de [j].

Argumentou-se que essa distinção ocorre devido ao *status* morfológico da V1 [e], da seguinte forma: quando ela é parte da raiz, a epêntese é possível, mas quando ela é um morfema verbalizador, apenas o alteamento pode ocorrer. Além disso, defendeu-se que a epêntese ocorre por demanda de proeminência de posições fortes (raiz) e o bloqueio do alteamento por demanda de fidelidade com a raiz. Portanto, a terminação *-ear* não é totalmente regular e possui dois subgrupos de verbos:

- (4) Grupo 1: V1 afixo — *passear, mapear, guerrear, bloquear, bombear, golear* etc.
Grupo 2: V1 raiz — *frear, cear* e *estrear*.

Conclui-se, por fim, que não é possível analisar a resolução de hiatos em verbos do PB sem considerar o carácter morfológico e que raízes são uma unidade importante na fonologia do PB. Tais pontos podem guiar o entendimento de outras variações encontradas na língua, como a terminação *-iar* que, em determinados verbos, ocorre em assimilação com a terminação *-ear*, como no verbo *odiar*, que se conjuga *odeio* mas nunca **odío*, diferentemente dos verbos regulares com a mesma terminação, como *fatiar*, com a conjugação *fatio*, mas nunca **fateio*.

Referências

- BASSANI, I. S. *Uma abordagem localista para morfologia e estrutura argumental dos verbos complexos (parassintéticos) do português brasileiro*. 2013. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- BECKER, M.; LEVINE, J. *Experigen: an online experiment platform*. 2013. Disponível em: <becker.phonologist.org/experigen/>. Acesso em: 24 ago 2023.
- BECKMAN, J. N. *Positional faithfulness*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Linguística. University Massachusetts Amherst, Amherst, 1998.
- BISOL, L. *Harmonização vocálica: uma regra variável*. 1981. Tese (Doutorado em Linguística). – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1981.
- CASALI, R. F. Hiatus resolution. In: OOSTENDORP, M.; EWEN, C.; HUME, E.; RICE, K. (ed.). *The Blackwell companion to phonology*, [s. l.]: Blackwell Publishing, 2011. p. 1-27.
- EBERLE, L. P. *Monotongação, ditongação e resolução de hiatos: um estudo com palavras reais e logatomas no português falado em São Paulo*. 2022. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.
- LEMLE, M. Sufixos em verbos: onde estão e o que fazem. *Revista Letras*, n. 58, p. 279-324, jul./dez. 2002.

NEVINS, A. A utilidade de logatomas e línguas inventadas na fonologia experimental. *Caderno de Squibs: temas em estudos formais da linguagem*, v. 2, n. 1, p. 67-78, 2016.

OLIVEIRA, S. M. *Aspectos da derivação prefixal e sufixal no português do Brasil*. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

PARKER, S. G. *Quantifying the sonority hierarchy*. 2002. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Linguística, University of Massachusetts Amherst, Amherst, 2002.

PARKER, S. Sonority. *Suprasegmental and Prosodic Phonology*, [s. l.], v.3, p. 1160-1184, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1002/9781444335262.wbctp0049>>. Acesso em: 24 ago 2023.

PRINCE, A.; SMOLENSKY, P. Optimality theory: constraint interaction in generative grammar. *Technical Report TR-2*, [s. l.], Rutgers Center for Cognitive Science, Rutgers University, 1993.

RESENDE, M. *A morfologia distribuída e as peças da nominalização: morfofonologia, morfossintaxe, morfossemântica*. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 2020.

RODRIGUES, M. C. O hiato no português: a tese da conspiração. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 7-26, 2007.

SMITH, J. L. *Phonological augmentation in prominent positions*. New York: Routledge, 2005.

TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. Tradução: Celso Cunha. Lisboa: Sá da Costa, 1982.

Squib recebido em 30 de agosto de 2023.

Squib aceito em 21 de março de 2024.

Redobro de possessivos: o desaparecimento em português e o surgimento em francês

Ana Regina Calindro*
Hannah Manes[†]

Resumo

Nosso objetivo é analisar o desaparecimento do redobro dos possessivos de 3ª pessoa em português (*seu N dele*) e seu surgimento em francês (*son N à lui*, e suas variações de pessoa). A diferença fundamental é que em francês, os possessivos são clíticos deficientes e em português são pronomes fortes e fracos. O redobro desapareceu em português devido à mudança no paradigma dos pronomes, com a entrada de novos elementos, como *você*. Assim, os itens deficientes começaram a ser substituídos por pronomes fortes e passaram a não mais figurar em estruturas de redobro. Já em francês, o redobro ocorre porque elementos deficientes podem se valer de um elemento forte que lhes permita dar uma interpretação plena ao seu referente, seja ele o possuidor ou o possuído, no caso dos possessivos. No entanto, não é sempre necessário que os referentes tenham essa interpretação plena, ou seja, o uso do redobro não é obrigatório, pois é utilizado pragmaticamente quando se quer desfazer alguma ambiguidade referencial ou dar ênfase à relação de posse, como ocorre em francês.

Palavras-chave: possessivos; redobro; clíticos; português; francês

Abstract

Our goal is to analyze the disappearance of 3rd person possessive doubling in Portuguese (*seu N dele*), and its emergence in French (*son N à lui*). The main difference is that in French, possessives are deficient clitics, while in Portuguese, they are strong and weak pronouns. Possessive doubling disappeared in Portuguese due to the change in the pronoun paradigm, with the entry of new elements, as *you*. Thus, deficient elements were replaced by strong pronouns and no longer appear in doubling structures. In French, doubling occurs because a deficient element may co-occur with a strong element that allows them to give a full interpretation to their referent, in the case of possessives, it may either be the possessor or the possessed element. However, it is not always necessary for referents to have this full interpretation, i.e., possessive doubling is not mandatory, as it is used pragmatically when it is necessary to solve some referential ambiguity or emphasize possession relations, as in French.

Keywords: possessives; doubling; clitics; Portuguese; French

*Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. *E-mail:* anacalindro@letras.ufrj.br.

[†]Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. *E-mail:* hannahmanes@letras.ufrj.br.

1 Introdução

Neste texto analisaremos o fenômeno do redobro de possessivos registrados no português arcaico (PA) (cf. (1))¹, e no francês contemporâneo (FC) (cf. (2)), a partir do século XX (cf. LANGACKER, 1968; KAYNE, 1975, 2000; ZRIBI-HERTZ, 1999).

- (1) Cõ a graça de Deus, entendia leuar a diante coma **rua** boa ajuda **delles**.

(I_002, XIV)²

- (2) a. Ça c'est ta version **à toi**.
Essa é POSS.DET versão POSS.DAT
'É a sua versão.'

(CL_58, 2008)³

- b. Ceci dit alors attendez si on fait **sa** solution **à lui**.
Isso dito então espere se a gente faz POSS.DET solução POSS.DAT
'Dito isso, então espere se a gente faz a solução dele.'

(CL_64, 2002)

No exemplo em (1), do século XIV, há a coocorrência dos elementos possessivos *sua* e *deles* — '*sua* boa ajuda *delles*'. Nas sentenças em (2), há duas formas possessivas distintas combinando-se com um elemento nominal, posicionados à sua esquerda e à sua direita, *ta version à toi* e *sa solution à lui*, respectivamente.

Em PA, o redobro ocorre somente na 3ª pessoa (cf. TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014). No francês, contudo, o fenômeno pode ocorrer em todas as pessoas do discurso. Tendo esses fatos em vista, as seguintes perguntas permeiam nossa análise: (i) O português e o francês compartilham características morfossintáticas semelhantes? (ii) Se sim, por que o redobro não é mais produtivo em português contemporâneo, mas se tornou produtivo em FC? (iii) Se não, quais são as propriedades sintáticas que os distinguem?

A partir dos dados expostos, aventamos a hipótese que o *status* de clítico dos possessivos afeta diretamente o uso do redobro em português e francês. Esta construção desapareceu tanto do português brasileiro (PB) quanto do português europeu (PE). Desde o PA, esta construção não envolvia clíticos, como veremos mais adiante. Assim, como houve uma mudança no paradigma pronominal do português com a entrada do *você*, o *status* do possessivo *seu* mudou. Além disso, houve o avanço da forma forte *dele* a partir do século XVIII. Dessa forma, assumimos que o uso desse possessivo dispensou o uso do redobro por já conter os traços- φ necessários para dar uma interpretação sem ambiguidade ao referente possuidor.

¹Para mais detalhes sobre a periodicização do português, confira Galves (2007).

²Exemplo retirado do *corpus* Tycho Brahe, do texto Crônica del-Rei Dom João I de Fernão Lopes, nascido em 1380. O *corpus* pode ser consultado em: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/en/index.html>.

³Exemplo retirado do *corpus* Clapi FLE – *corpus de langue parlée en interaction*: <http://clapi.ish-lyon.cnrs.fr/> Este *corpus* foi analisado por XXXX, os dados foram organizados de acordo com as letras iniciais do *corpus* "CL" (Clapi), à ordem em que estão na lista de gravações, que segue o alfabeto, e o ano em que o vídeo foi coletado.

Já em francês, o redobro ocorre porque elementos deficientes podem se valer de um elemento forte que lhes permita dar uma interpretação plena ao seu referente, seja ele o possuidor ou o possuído, no caso dos possessivos. No entanto, não é sempre necessário que os referentes tenham essa interpretação plena, ou seja, o uso do redobro não é obrigatório, pois é utilizado pragmaticamente quando se quer desfazer alguma ambiguidade referencial ou dar ênfase à relação de posse, como ocorre em francês.

Para alcançar nosso objetivo, este *squib* é composto por esta introdução, seguida da seção 2, em que descrevemos os possessivos nas duas línguas em questão. Na seção 3, elencaremos as características relevantes das estruturas de redobro em português e em francês; na seção 4, traremos as hipóteses para o desaparecimento do redobro em português e seu surgimento em francês; por fim, traremos nossas considerações finais e questionamentos para trabalhos futuros.

2 Possessivos em português e francês

2.1 Possessivos em português

No português contemporâneo há duas formas de expressar a posse de elementos nominais: os pronomes possessivos que se referem a todas as pessoas do discurso *meu, teu, seu* etc., e a forma genitiva *de* + pronomes de terceira pessoa, *dele, dela(s)*⁴. As gramáticas tradicionais do português, como a de Cunha e Cintra (2008), não reconhecem essa forma perifrástica possessiva, apesar de ela já fazer parte do português desde o PA, como verificamos em (1).

Diversos autores afirmam que houve um rearranjo no quadro dos pronomes pessoais a partir da substituição do pronome pessoa de 2ª pessoa *tu* pela forma sincopada *você* em algumas regiões do país após o século XVIII (KATO et al., 2009). Além disso, nas regiões em que *tu* e *você* se alternam, é comum que não haja marcação de concordância na forma verbal que o acompanha. No contexto do plural de 2ª pessoa, a forma *vós* foi completamente substituída por *vocês*⁵. De acordo com Calindro e Rodrigues (2022), a adição do pronome *você* gerou uma mudança significativa na sintaxe em relação à função de sujeito e objeto dos pronomes, pois tal item pode atuar tanto como sujeito quanto objeto. Segundo Calindro e Rodrigues (2022), esse fato compromete, inclusive, os clíticos acusativos e dativos de 2ª e 3ª pessoa.

A respeito dos possessivos, Torres Morais e Ribeiro (2014) demonstram que, diacronicamente, além da perda da distinção entre 2ª e 3ª pessoas na flexão verbal, tal rearranjo no quadro dos pronomes afeta os usos das formas possessivas de 3ª pessoa, *seu(s), sua(s)* que concorrem com os possessivos de 2ª *teu(s), tua(s)*. Esta variação cria uma ambiguidade na retomada do possuidor de 3ª pessoa, como se observa em (3):

⁴É importante ressaltar que além dessas formas, o PB ainda apresenta duas outras estratégias de posse formadas com a preposição *de*: *de você(s)*, referindo à segunda pessoa, e *da gente*, referindo-se à primeira (cf. CASTRO, 2006).

⁵A 1ª pessoa do plural também foi afetada com a entrada de *a gente* na função de sujeito (cf. CALINDRO; RODRIGUES, 2022). Uma vez que o foco deste texto será o contexto de 3ª pessoa, não entraremos em detalhes a respeito desse contexto de 1ª pessoa.

- (3) Encontrei a *Maria*_i e ela estava com a **sua**_{i/j} irmã.⁶

Neste exemplo, *sua* pode se referir tanto à *irmã* de *Maria* como à *irmã* do interlocutor, podendo ser interpretado como possessivo de 2ª ou de 3ª pessoa (cf. CALINDRO, 2019). Isto ocorre, pois os pronomes *seu/sua* não expressam morfossintaticamente os traços de número e de gênero do possuidor, mas expressam flexão, número e gênero do possuído. Segundo Torres Morais e Ribeiro (2014) este fator foi decisivo para que houvesse um avanço no uso da forma *dele(a)(s)* a partir do século XVIII, principalmente em PB falado. Note que houve um avanço e não a introdução desta forma, porque, como exemplificado (1), ela já estava presente no PA, embora fosse pouco produtiva.

Diferentemente de *seu*, a forma perifrástica *dele* estabelece uma relação morfossintática com o possuidor, estabelecendo concordância flexional de pessoa, número e gênero com ele. O exemplo (4), a seguir, mostra que este item é utilizado como alternativa em contextos nos quais o uso de *seu* cria ambiguidade por concordar em gênero e número apenas com o possuído:

- (4) a. ??* O *veterinário* tratou o **seu** gato com antibióticos.
b. O *veterinário* tratou o gato **dele** com antibióticos.

(TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014, p. 27)

Em relação ao redobro de possessivos no PA, Castro (2006) supõe que a forma *dele* sempre coocorria com *seu*, e somente depois *seu* caiu desse tipo de construção. Em consonância com o que foi mencionado anteriormente, Castro argumenta que com surgimento de *você* no português, o uso de *seu* tenha se tornado preferencial para a 2ª pessoa formal, enquanto os *de*-possessivos, continuaram a fazer referência exclusivamente aos referentes de 3ª pessoa, assim a ambiguidade em (4) seria resolvida:

- (5) Encontrei a *Maria*_i e ela estava com a irmã **dela**_i.⁷

Segundo Torres Morais e Ribeiro (2014, p. 31), outro fato que contribuiu para o avanço do genitivo *dele* no lugar de *seu* em contextos referenciais de 3ª pessoa foi a substituição dos clíticos dativos *lhe(s)* em contexto genitivo. Devido a esses fatos, a estratégia do redobro de possessivos cai no português. Além disso, como veremos com mais detalhes na seção 3 deste artigo, a distinção sintática entre tais estratégias de posse, como a posição em que são gerados na sentença e seus traços- φ em relação ao possuidor, foi o que permitiu a coocorrência de *seu* uso no PA.

⁶De acordo com Torres Morais e Ribeiro (2014, p. 30), há, ainda, uma “forma nula (que) se comporta como um “anafórico” de 3ª pessoa” que pode ser usada no lugar de *seu* e de *dele*. Assim, na frase *Encontrei Maria e ela estava com a irmã*, não há nenhuma ambiguidade referencial e *irmã* só pode ser interpretada como a irmã da própria Maria.

⁷Para mais detalhes sobre os possessivos do português, cf. Müller (1997), Menuzzi (2003) e Calindro (2019).

2.2 Possessivos em francês

Diferentemente do português em que a estratégia de redobro dos possessivos se estende até o século XIX, como atestou Manes (2022), essa construção está presente em francês contemporâneo, como podemos atestar em (6), da canção de 1978, *Ma préférence* de Julien Clerc:

- (6) a. Elle est **ma** chance **à moi**.
 Ela é minha.POSS sorte a mim.POSS
 'Ela é minha sorte.'
- b. **Ma** préférence **à moi**.
 minha.POSS preferência a mim.POSS
 'Minha preferência.'

Nos exemplos em (6), há duas formas possessivas relacionadas ao mesmo elemento nominal, que se referem a um mesmo referente possuidor de 1ª pessoa. Como mencionado anteriormente, diferentemente do português, a estratégia do redobro ocorre com todas as pessoas do discurso em francês. Apesar de não ser registrada em gramáticas normativas, esta estratégia está presente principalmente nos contextos de fala, como já averiguado por Langacker (1968), Kayne (1975), Zribi-Hertz (1999) e confirmado por Manes (2022).

Os possessivos em francês são classificados como determinantes adjetivos (*mon* 'meu', *ton* 'teu', *son* 'seu', etc.) e pronomes (*le mien*, *le tien*, *le sien* etc. — 'o meu', 'o teu', 'o seu'). Ambos são usados para referenciar substantivos de acordo com a pessoa gramatical com a qual ele se relaciona: quem fala, de quem se fala e a quem se fala. Os primeiros variam em pessoa em relação ao possuidor e em gênero e número com referente possuído ao qual se ligam: *Où est ma robe blanche?* (1ª p. sg. f.) 'onde está meu vestido branco?'. Os pronomes possessivos variam em pessoa e gênero com o possuidor, e em número de acordo com a situação comunicativa: *Cette robe est la mienne* (1ª p. sg. f.) 'esse vestido é o meu' (cf. GREVISSE; GOOSSE, 1995).

Zribi-Hertz (1999) aponta que há, na verdade, três expressões possessivas em francês: a determinante, *mon*; a adjetival, *mien*; e a dativa, *à moi*⁸. Segundo a autora, todas essas formas fazem parte do francês corrente. Contudo, elas se relacionam sintaticamente com seus referentes diferentemente, pois são geradas em posições sintáticas distintas. Por essa razão, além de poderem se alternar, há a possibilidade de combinação entre as formas determinante e dativa, instanciando o que estamos tratando como redobro de possessivos⁹:

- (7) **Mon** chapeau **à moi** est rangé dans l'armoire.
 meu.POSS chapéu a mim.POSS está guardado no armário
 'Meu chapéu está guardado no armário.'

(ZRIBI-HERTZ, 1999, p. 7)

⁸Esta forma é apenas citada em uma nota de rodapé na gramática normativa Grevisse e Gosse (1995), como de uso "ordinário" da língua.

⁹Segundo Zribi-Hertz (1999, p. 7), outras combinações, como a de possessivos adjetivais e dativos (**Le mien à moi est rangé dans l'armoire*), ou de determinantes e adjetivais precedidas de um artigo definido (**Mon le mien/le mon mien est rangé dans l'armoire*) não ocorrem nunca em francês.

Segundo Woldnes (2013, p. 6), a função do redobro na estrutura textual é ser uma anáfora lexical que faz referência a um antecedente já citado no texto, através da 3ª pessoa; ou adquirir um valor dêitico, quando todas as informações para identificar o possuidor e o possuído são fornecidas pela situação de enunciação através das 1ª e 2ª pessoas do singular e plural. De acordo com Zribi-Hertz (1999, p. 12), este é o fato que diferencia artigos definidos dos possessivos, uma vez que estes possuem traço de pessoa, cuja posição e função sintática ainda serão determinadas. Portanto, ao mesmo tempo em que determina o nome que ele acompanha, o possessivo determinante também estabelece uma relação de dependência entre seus referentes.

A função dos possessivos dativos é equivalente à dos possessivos determinantes que são anafóricos ou dêiticos, cujas referências partem do contexto ou da situação de enunciação, respectivamente. Porém, apesar das funções textuais semelhantes, os dativos diferenciam-se dos possessivos determinantes, pois variam em pessoa, gênero e número somente em relação ao possuidor e não ao possuído.

Logo, são esses fatores em relação aos possessivos determinantes e aos dativos que propiciam o uso do redobro. Os possessivos determinante e dativo são equivalentes em sua função de representação e, ao mesmo tempo, complementares. Este consegue identificar o gênero, número e pessoa do possuidor, porém não se refere ao possuído, necessitando, assim, da presença de um determinante. Já aquele tem a função de determinar o possuído, contudo não identifica o referente possuidor em gênero, apenas em pessoa e número, o que pode gerar uma ambiguidade.

3 Questões relevantes a respeito do redobro possessivo em português e francês

3.1 O redobro em português e francês

Como apontado nas seções anteriores, o foco deste texto é um fenômeno linguístico que chama a atenção por ter desaparecido do português e ser produtivo no francês contemporâneo: o redobro de possessivos, em que duas formas possessivas compartilham o mesmo referente, Torres Morais e Ribeiro (2014, p. 37):

- (8) {F50vC1} Per este exemplo que se segue aparece que muytas cousas faz Deus polos seus servos sem *sa* voontade *deles*.¹⁰

Em (8), *sa* concorda com o elemento possuído em gênero e número, mas não contém essa informação morfológica em relação ao possuidor. Já *deles* apresenta informações de gênero e número em relação ao possuidor e não ao possuído. Por isso, em (8), não se saberia se *sa* se referiria a *Deus* ou *servos* se não houvesse a forma *deles* na sentença. A questão que permeia o presente trabalho é: por que essa estratégia de desambiguação não persistiu em PB e em PE?

¹⁰Exemplo retirado do texto *Um Flos Sanctorum: edições, glossário e estudos linguísticos* (TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014, p. 33).

Por outro lado, em francês o redobro de formas possessivas parece ser bem recorrente desde o século XX¹¹. O que nos leva à segunda questão que permeia este *squib*: por que esta estratégia passou a ser produtiva em francês?

Considerando que o redobro de possessivos ocorre em todas as pessoas do discurso em francês, semanticamente, o redobro pode ocorrer tanto para tirar uma ambiguidade, como para reforçar ou identificar os referentes nominais, como aponta Langacker (1968, p. 59), segundo o qual a reduplicação é um aparato linguístico comum para indicar ênfase.

3.2 A relação entre pronomes fortes, fracos, clíticos e redobro de possessivos

A respeito da natureza dos possessivos, Cardinaletti (1998) afirma que esses elementos em francês possuem um *status* de clítico, o que não apenas possibilita o uso do redobro, como também os permite ocorrer em todas as pessoas discursivas. Já os possessivos do português são elementos fortes (*dele*) e fracos (*seu*). Segundo Cardinaletti, clíticos não podem nunca ser modificados por determinantes e são gerados na posição D°, já determinantes podem acompanhar elementos fracos, e são gerados em uma posição mais abaixo do D°, que é o caso do PA. Para a autora, o redobro de elementos fracos não é um redobro, mas uma estrutura predicativa.

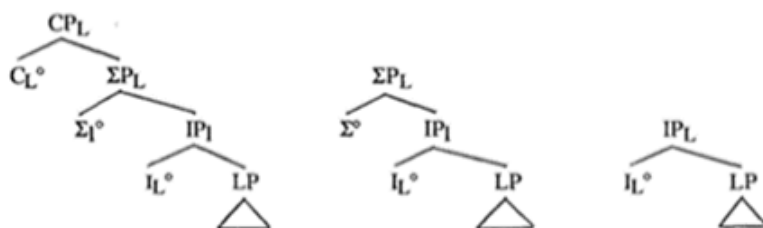
Castro (2006), no entanto, afirma que, em alguns contextos, os possessivos fracos do PA podem ser gerados em posição D°, uma vez que não podem ser modificados por grande parte dos advérbios, assim podem sofrer redução fonética, o que deflagra a possibilidade de serem redobrados. A mudança no *status* de possessivo *seu* em português parece ser a razão para ao desaparecimento do redobro em PB e PE, como discutiremos a seguir.

4 À guisa de uma hipótese sobre o redobro de possessivos em português e francês

Para Cardinaletti e Starke (1999): (i) **pronomes fortes** ocorrem em posições de base e periféricas, podem ser coordenados e modificados por alguns advérbios (como *somente*); (ii) **pronomes fracos** são projeções máximas que estão nas mesmas posições em que projeções máximas nominais ocorrem; (iii) **clíticos** são núcleos que estão em posições nucleares, por exemplo, adjungidos ao núcleo verbal. Assim, os autores propõem que há uma relação de continência entre esses elementos:

¹¹Para uma análise mais detalhada com base em dados de redobro extraídos de um *corpus* do século XX, cf. Manes (2022).

- (9) a. Strong Pronouns b. Weak Pronouns c. Clitic Pronouns



(CARDINALETTI; STARKE, 1999, p. 104)

Segundo Cardinaletti (1998), essas classificações podem ser estendidas para os possessivos que também podem ser caracterizados pela oposição entre elementos fortes e deficientes, que podem ser fracos ou clíticos — os primeiros podem ocorrer tanto em posição inicial quanto adjacentes ao verbo; os segundos não podem ocorrer em posição inicial, ficam adjacentes ao verbo e são formas átonas.

Como mencionado anteriormente, a diferença relevante dos possessivos que compõem o redobro em português e em francês é seu *status* de forte, fraco e clítico. Os possessivos do francês são considerados deficientes, mas os determinantes, especificamente, são considerados clíticos e é por isso que eles podem ser redobrados (cf. CARDINALETTI, 1998).

Em português, contudo, os possessivos não possuem *status* de clíticos, mas de pronomes fortes e fracos que podem ser redobrados na 3ª pessoa, em razão de serem elementos deficientes. De acordo com Castro (2006, p. 39), *seu* pode ter cinco referentes distintos: 3MSg, 3FSg, 3MPI, 3FPI e 2S. Logo, esta ambiguidade era resolvida em PA através do redobro.

Contudo, a seguinte pergunta permanece: como esta ambiguidade é resolvida em PB e PE contemporâneos sem a realização do redobro? A princípio, a forma *dele* era usada para reforçar a relação de posse com o referente possuidor, pois *seu* não era suficiente para identificá-lo em razão da sua subespecificação de traços- φ . Já *dele* possui um *status* forte que permite que seja suficiente, pois é capaz de determinar o possuidor e estabelecer a relação de posse sem criar ambiguidade, por isso esta estratégia passou a ser a mais utilizada na 3ª pessoa ao longo dos séculos. Além disso, devido a essa deficiência, o possessivo *seu* passa a ser preferido para retomar referentes de 2ª pessoa. Uma vez que estes não possuem traços de gênero especificados, ele é capaz de atribuir-lhes uma interpretação plena.

5 Considerações finais e perguntas remanescentes

De acordo com o exposto, o *status* dos clíticos parece ser a chave para o entendimento dessas estruturas, devido à sua deficiência de traços- φ , fazendo com que um elemento forte ou fraco, como o possessivo dativo (*à lui, à elle*) do FC, entre na estrutura para reforçar a relação sintática ou semântica com o elemento com que ele se relaciona. O mesmo não ocorre em português contemporâneo, uma vez que o redobro envolve possessivos fracos, como *seu*, que está perdendo sua preferência como referencial de 3ª pessoa, e

está se especializando como possessivo de 2ª pessoa, dando lugar ao pronome forte *dele* na 3ª pessoa, que consegue sozinho aferir uma interpretação morfológica completa ao possuidor.

As seguintes perguntas e propostas para trabalhos futuros permanecem: (i) Será necessário analisar mais detidamente a questão do redobro em francês envolvendo uma forma dativa; (ii) Além disso, há instâncias de redobro em PE que também contemplam dativo (*Enviei-lhe o livro a ele* (MAGRO, 2019)); portanto, qual é a relação deste com os redobros?; (iii) Pretende-se investigar se há alguma relação entre a perda do dativo possessivo em PB e a reanálise das formas dativas nessa variedade; (iv) Como explicar dados de redobro em contextos de 1ª e 2ª pessoa que estão surgindo em PB (*Ele me ajuda eu; Eu te ajudo você*)? Há alguma relação destes com possessivos (MACHADO ROCHA, 2016)?; (v) Pretende-se analisar a relação entre a perda do redobro e o enfraquecimento do Agr em PB (cf. CERQUEIRA, 1993).

Referências

- CALINDRO, A. Os desafios para o ensino de português como segunda língua em contexto de mudança: o caso dos pronomes possessivos de terceira pessoa. *Revista Letras*, Curitiba, v. 99, p.127-p.153, 2019.
- CALINDRO, A.; RODRIGUES, P. Pronomes pessoais e mudança linguística na sala de aula: uma abordagem concreta. In: GUESSER, S.; RECH, N. (ed.). *Gramática e Aquisição: propostas para o professor da educação básica*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.
- CARDINALETTI, A. On the deficient/strong opposition in possessive systems. ALEXIADOU, A.; WILDER, C. In: *Possessors, predicates and movement in the determiner phrase*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamin, 1998. p. 17-53.
- CARDINALETTI, A.; STARKE, M. The Typology of Structural Deficiency: a Case Study of Three Classes of Pronouns. In: VAN RIEMSDIJK, H. (ed.). *Clitics in the languages of Europe*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1999. p. 33-82.
- CERQUEIRA, V. C. A forma genitiva "dele" e a categoria de concordância (agr) no Português Brasileiro. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (ed.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 129-161.
- GALVES, C. A língua das caravelas: periodização do português europeu e origem do português brasileiro. In: CASTILHO, A. de et al. (ed.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas: Ed. Pontes, 2007.
- GREVISSE; GOOSSE. *Nouvelle Grammaire Française*. 3. ed. Louvain-la-neuve: Duculot, 1995.
- KATO, M.; CYRINO, S.; CORRÊA, V. Brazilian Portuguese and the recovery of lost clitics through schooling. In: PIRES, A.; ROTHMAN, J. *Minimalist Inquiries into Child and Adult Language Acquisition*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2009.
- KAYNE, R. S. *French Syntax: the transformational cycle*. Current Studies in Linguistics Series. Massachusetts: The MIT Press, 1975.
- KAYNE, R. S. *Parameters and universals*. Oxford studies in comparative syntax. New York: Oxford University Press, 2000.

MACHADO-ROCHA, R.; RAMOS, J. M. Clitic doubling and pure agreement person features. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, 2016.

MANES, H. *A estratégia do redobro de possessivos no português e no francês: uma análise comparativa*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

MAGRO, C. Redobro de clítico em português europeu. *Estudos de Linguística Galega*, v. 11, 2019.

MENUZZI, S. Sobre as opções anafóricas para antecedentes genéricos e para variáveis ligadas: comentários a Ana Müller. *Letras de Hoje*, v. 38, n. 1, p. 125-144, 2003.

MÜLLER, A. L. *A gramática das formas possessivas no português do Brasil*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1997.

TORRES MORAIS, M. A.; RIBEIRO, I. Possessivos de 3ª pessoa: o português arcaico e o português brasileiro contemporâneo. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 16, n. spe, 2014.

WOLDSNES, A. K. *La possession inaliénable: une analyse contrastive*. Noruega: Universidade de Oslo, 2013.

ZRIBI-HERTZ, A. Le système des possessifs en français standard moderne. *Langue française: Le groupe nominal: contraintes distributionnelles et hypothèses de descriptions*, n. 122, p. 7-29, 1999. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_1999_num_122_1_6285. Acesso em: 16 set. 2019.

Squib recebido em 1.º de outubro de 2023.

Squib aceito em 19 de abril de 2024.

A influência da prefixação com *pré-* e *pós-* no comportamento gramatical dos produtos prefixados

Luís Henrique Leiria Pinheiro*
Pablo Nunes Ribeiro†

Resumo

Este trabalho tem como objetivo verificar se os pressupostos comumente adotados para a caracterização da prefixação em língua portuguesa (AZEREDO, 2000; BECHARA, 2019; VILLALVA, 2003) são suficientes para explicar o comportamento morfossintático observado no uso corrente dos prefixos espaço-temporais *pré-* e *pós-*. Segundo Villalva (2003), a prefixação, inserida na modificação morfológica, não abarca casos em que há mudança de propriedades gramaticais profundas da base, como os que envolvem alteração da categoria gramatical — algumas exceções, no entanto, são admitidas, a exemplo de *acaule* e *antirrugas*. Apesar disso, outros estudos (GANANÇA, 2017; NUNES, 2006; RIO-TORTO, 2019) apontam ainda mais casos similares, incluindo a ocorrência de produtos prefixados com *pré-* e *pós-*. De modo a estudar as propriedades morfossintáticas e morfossemânticas desses prefixos, realizamos, a partir de consultas ao Corpus do Português (DAVIES, 2016), uma análise sincrônica direcionada às suas formas tônicas, uma vez que estas são produtivas e apresentam-se como transparentes para os falantes (RIO-TORTO, 2019; SCHWINDT, 2005). Entre os resultados obtidos, destacamos que existem, na língua portuguesa contemporânea, produtos prefixados com *pré-* e *pós-* que apresentam um comportamento divergente daquele previsto para os resultados de prefixações, desafiando a não influência dessas unidades no comportamento morfossintático das bases.

Palavras-chave: linguística de *corpus*; prefixação na língua portuguesa; prefixos *pré-* e *pós-*

Abstract

This work aims to verify whether the assumptions commonly adopted for the characterization of prefixation in Portuguese (AZEREDO, 2000; BECHARA, 2019; VILLALVA, 2003) are sufficient to explain the morphosyntactic behavior observed in the

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. *E-mail:* henrique.pinheiro@ufrgs.br.

†Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. *E-mail:* pablonribeiro@yahoo.com.br.

Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no XV CELSUL em outubro de 2022 em Curitiba. Agradecemos à audiência presente no evento pelas contribuições. Agradecemos também a Emanuel Quadros, Sergio Menuzzi e Gabriel Othero e aos(as) pareceristas anônimos(as) pela leitura do manuscrito e pelos valiosos comentários. Os problemas remanescentes nesta versão final do artigo são inteiramente de nossa responsabilidade.

current usage of the spatial-temporal prefixes *pré-* and *pós-*. According to Villalva (2003), prefixation is a form of morphological modification and does not encompass cases where there is a change in deep grammatical properties, such as interference with the grammatical category — although some exceptions are allowed, such as *acaule* and *antirrugas*. However, studies (GANANÇA, 2017; NUNES, 2006; RIO-TORTO, 2019) point to even more similar cases, including the occurrence of products prefixed with *pré-* and *pós-*. In order to study the morphosyntactic and morphosemantic properties of these prefixes, we conducted a synchronic analysis focused on their stressed forms, based on queries to the Corpus do Português (DAVIES, 2016), as these forms are productive and transparent to speakers (RIO-TORTO, 2019; SCHWINDT, 2005). Among the results, we highlight that, in contemporary Portuguese, there are products prefixed with *pré-* and *pós-* that exhibit a divergent behavior from what is predicted for the outcomes of prefixation, challenging the idea that these units do not influence the morphosyntactic behavior of the base words.

Keywords: corpus linguistics; prefixation in the Portuguese language; prefixes *pré-* and *pós-*

1 Introdução

Diversos estudos têm se debruçado sobre a prefixação na língua portuguesa, sendo bastante recorrente a ideia de que ela é um processo morfológico que não altera a categoria gramatical das bases, visão compartilhada pela tradição gramatical (AZEREDO, 2000; BECHARA, 2019). Em seu influente trabalho sobre a morfologia do português, Villalva (2003) define a prefixação como uma modificação morfológica, que altera aspectos de natureza semântica da base mas não interfere em suas propriedades gramaticais mais profundas. Sob sua perspectiva, os prefixos não têm capacidade de determinar a categoria gramatical ou o valor das categorias morfológicas, morfossintáticas e morfossêmânticas relevantes. Apesar de reconhecer a existência de prefixos que podem se comportar de maneira divergente, isto é, exceções que põem em xeque a não influência dessas unidades no comportamento morfossintático do produto prefixado (p. ex., *a-* em *acaule*, e *anti-*, em *antirrugas*), a autora afirma que casos similares não são produtivos na língua portuguesa.

Entretanto, contextos de uso real da língua apontam para mais unidades classificadas como prefixos, como *pré-* e *pós-*, que atuam de maneira a influenciar o comportamento morfossintático dos produtos prefixados — e que fazem isso de maneira relativamente produtiva. Ao conduzir um estudo sobre os prefixos espaço-temporais na língua portuguesa, Nunes (2009) defende a ideia de recategorização gramatical propiciada pela prefixação, especialmente no que concerne à passagem de nomes para adjetivos. Esse fenômeno pouco explorado evidencia-se quando o produto prefixado denominal ocorre em meio ao que pode ser chamado de “formação em aposição” (cf. RIO-TORTO, 2019), p. ex., sintagmas como *camada pré-sal* e *mundo pós-guerra*. Nestas formações, o segundo elemento da estrutura estaria qualificando o primeiro, que, por sua vez, seria o núcleo da construção.¹

Este estudo buscou verificar se o comportamento de *pré-* e *pós-* está de acordo com os critérios utilizados pela tradição gramatical para a caracterização geral dos processos

¹Utilizamos o termo “qualificar” para nos referirmos à modificação semântica de classificação/categorização.

envolvidos na prefixação em língua portuguesa, considerando a participação dos prefixos espaço-temporais nas referidas formações em aposição. Exploramos inicialmente a hipótese de recategorização gramatical para a explicação das estruturas que desafiam o padrão esperado do comportamento dos produtos prefixados. Para isso, avaliamos as propriedades de concordância em gênero e número dos produtos em aposição a nomes, considerando o critério utilizado por Longo, Höfling e Saad (1997) para reconhecimento de adjetivos. Em seguida, em posse das evidências de que as palavras prefixadas não parecem ter sido convertidas para adjetivos plenos, exploramos a hipótese de que as formações se comportam como compostos de tipo [N1+N2], à semelhança das construções *palavra-chave*, *projeto-piloto* e *cidade-fantasma*. Por fim, ampliamos a discussão para destacar a importância da prefixação para a viabilidade de produtos de bases nominais em aposição a nomes, em formações [N1 *prefixo*-N2].

Esta discussão está organizada da seguinte maneira no artigo: inicialmente, trazemos uma breve revisão da literatura a respeito dos prefixos *pré-* e *pós-*, com destaque para suas propriedades prosódicas, combinatórias e produtivas; a seguir, apresentamos aspectos metodológicos da pesquisa de *corpus* que serviu como fundamentação empírica para as análises quantitativas e qualitativas desse tipo de prefixação em língua portuguesa, que são apresentadas em detalhes na seções subsequentes; por fim, trazemos uma breve síntese da discussão realizada no artigo e traçamos algumas considerações finais.

2 Análises dos prefixos *pré-* e *pós-* na literatura

Ao longo dos estudos da língua portuguesa, a prefixação tem-se apresentado como processo de caráter híbrido. As origens dos prefixos, essencialmente resumidas em preposicionais ou adverbiais, indicam a tênue linha que os separa das formas livres.² As reformas ortográficas, inclusive, tentam acompanhar as mudanças na avaliação feita por linguistas e gramáticos em relação ao *status* das referidas unidades, impondo a adjunção com ou sem hífen (p. ex. *anticristo* ou *anti-inflamatório*) ou até mesmo a falta de uma ligação gráfica mais evidente (p. ex. *não obrigatório*, anteriormente grafado como *não-obrigatório*). Além disso, palavras prefixadas podem afastar-se de seu sentido composicional incipiente e tornar-se lexicalizadas de forma a dificultar a recuperação do semantismo inicial e o reconhecimento de seus prefixos pelos falantes.

Schwindt (2005) empreende um estudo sobre as diferentes formas de *pré-* e *pós-* e como elas podem afetar sua transparência para estudantes falantes de português do sul do Brasil. Sua pesquisa, concentrada principalmente em propriedades morfofonológicas, apresenta, juntamente a resultados empíricos, uma discussão sobre a produtividade e a transparência de tais prefixos quando pronunciados com vogal média-baixa ([ɛ], [ɔ]) e/ou vogal média-alta ([e], [o]). Entre suas conclusões, o autor confirma a hipótese de que os prefixos do primeiro grupo, grafados com acento agudo, são, além de produtivos, os mais transparentes.

²Os prefixos *pré-* e *pós-*, por exemplo, podem incidir simultaneamente sobre um mesmo elemento: a construção *pré e pós operatório*, considerando a possibilidade da variação de gênero e número da base, registrou 17 ocorrências em um dos *corpora* utilizados neste trabalho, como em *fisioterapia pré e pós operatória* e *cuidados pré e pós-operatórios*. Além disso, foram atestadas ocorrências isoladas de *pré-* e *pós-* com sentidos associados a produtos prefixados como *pós-graduação*, *pré-escola* e *(plano) pré-pago*.

As propriedades prosódicas ocupam espaço marginal em meio à análise de Rio-Torto, em sua obra intitulada *Prefixação na língua portuguesa contemporânea* (2019). Ainda assim, no que diz respeito aos prefixos que são foco deste estudo, a autora afirma: “Nos casos em que *pré-* e *pós-* já são pronunciados em português europeu como vogais não baixas [...], muitos falantes já não reconhecem a presença dos prefixos nestas palavras” (RIO-TORTO, 2019, p. 32). Sua afirmação e o estudo de Schwindt corroboram a proposição de que os prefixos *pré-* e *pós-* acentuados são os mais transparentes sincronicamente para os falantes de língua portuguesa, motivo pelo qual foram escolhidos para este estudo.

Um dos pontos abordados por Rio-Torto (2019), em um panorama geral sobre a prefixação, diz respeito aos processos combinatórios, em que a constatação da categoria gramatical, tanto da base quanto do produto prefixado, torna-se relevante para definir certas propriedades dos prefixos. Para ela, estas unidades, *a priori*, não podem alterar a categoria gramatical da base a que se acoplam. Assim, a prefixação estaria sumariamente restrita à produção isocategorial — aos moldes do que é sugerido por Villalva (2003) —, em que um prefixo adjungido a um N formaria um novo N, um prefixo adjungido a um A formaria um novo A, e assim por diante.

A classificação de afixos proposta por Villalva é crucial ao contrapor a divisão baseada na posição (isto é, entre prefixos e sufixos) e enfatizar as funções que as unidades exercem ao se acoplarem à base. Segundo a autora, os afixos estão divididos em basicamente dois grupos: modificadores e predicadores. Os afixos modificadores atuam morfológica e semanticamente sobre a base e alteram sua informação semântica, sem interferir na sua categoria gramatical e em outras propriedades atreladas a ela (como gênero, no caso de nomes). Neste grupo, incluem-se os prefixos e os sufixos avaliativos. Por exemplo, em *livrinho*, o afixo *-inho* modifica morfológica e semanticamente *livro*, sem interferir, entretanto, em propriedades morfosintáticas, e o produto permanece um nome masculino. Já os afixos predicadores são aqueles que assumem a posição de núcleo em um radical complexo, determinando as propriedades morfosintáticas do produto, incluindo sua categoria gramatical. Em português, o núcleo do radical complexo vem geralmente após o complemento, como *-vel* em *amável*, que determina o produto como adjetivo. Villalva afirma que poucos prefixos se inserem neste último conjunto, destacando *a-* e *anti-*, em casos como *acaule* e *antirrugas*, respectivamente, em que haveria alteração da categoria gramatical, de nome para adjetivo. Para a autora, estes prefixos de comportamento divergente possuem produtividade baixa.

Quanto à possibilidade de recategorização gramatical pela prefixação, Rio-Torto (2019) destaca algumas formações, como *antipessoal*, em que o prefixo tem “escopo sobre o conteúdo do radical nominal (*pesso-*) do adjetivo [...], e não sobre o conteúdo deste (*pessoal*)” (RIO-TORTO, 2019, p. 29). Em português europeu, por exemplo, uma *mina antipessoal* é destinada a ferir *pessoas*. O caso não configura recategorização, uma vez que se parte de um reconhecido adjetivo (*pessoal*) para se chegar a um produto que se comporta gramaticalmente como adjetivo (*antipessoal*). Entretanto, é possível traçar um paralelo entre este caso e aqueles em que o prefixo se adjunge a uma base nominal, novamente com escopo sobre o radical nominal; o produto resultante, nesses casos, pode se comportar sintaticamente como um adjetivo, qualificando o elemento anterior (cf. *planta acaule*, *creme antirrugas*). Rio-Torto (2019) menciona estudos anteriores que investigaram a recategorização gramatical a partir da adjunção de alguns prefixos, como *anti-* e *inter-*³. Da mesma maneira, outros prefixos produzem estruturas análogas a *acaule*, *antirrugas*,

³Rio-Torto (2019, p. 29): “A possibilidade de alguns prefixos terem capacidade de recategorização foi

antiescaras e *inter-regiões*, de modo a desafiar a generalização da produção isocategorial. Crucialmente, entre estes prefixos, estão *pré-* e *pós-*.

Ao conduzir um estudo sobre a prefixação espaço-temporal na língua portuguesa, Nunes (2006) afirma que a recategorização gramatical pela prefixação é tema de dissensão em meio aos estudos linguísticos. Os resultados que levanta a partir do *corpus* de sua pesquisa parecem ir ao encontro da ideia de que alguns produtos prefixados não possuem a mesma categoria gramatical das bases que lhes deram origem.

Neste sentido, a prefixação abarca situações não contempladas por definições estritas, já que os critérios comumente utilizados para a descrição deste processo de formação de palavras começam a ser questionados frente a casos reais de uso da língua. De acordo com Nunes (2006, p. 83): “afigura-se imprescindível a consideração dos elementos prefixais enquanto entidades portadoras de individualidade própria, não integráveis em considerações generalistas [...]”. Deste modo, parece que há certa deficiência na adoção dos critérios gerais da tradição gramatical para explicar a variedade comportamental das unidades prefixais *pré-* e *pós-* na língua portuguesa. Assim, o presente estudo debruça-se sobre usos autênticos de escrita que desafiam a suposta falta de influência da prefixação no comportamento morfossintático das formações em que *pré-* e *pós-* ocorrem.

3 Procedimentos metodológicos

Escolhemos como método de coleta de dados a pesquisa em *corpus*, que se vale de técnicas computacionais para analisar, em grandes coleções de textos, padrões e tendências no uso de línguas, como frequência de palavras e estruturas gramaticais. Por meio da pesquisa em *corpora* disponíveis *online*, é possível rastrear as ocorrências dos prefixos *pré-* e *pós-* em textos escritos e publicados na internet, bem como verificar em que contextos tais prefixos são utilizados e quais são suas relações com outras unidades da frase.⁴

Para esta pesquisa, utilizamos a plataforma Corpus do Português (DAVIES, 2016). Nela, foram selecionados dois *corpora*: Web/Dialects (doravante Corpus 1) e News on the Web (doravante Corpus 2), ambos com mais de um bilhão de palavras compiladas a partir de textos escritos em português, especialmente no século XXI, incluindo as variedades de quatro países lusófonos — Brasil, Portugal, Angola e Moçambique. A principal diferença entre os conjuntos de dados assenta-se em suas fontes de extração, sendo que em torno de 50% dos dados disponíveis no Corpus 1 foram extraídos de *blogs*, enquanto o Corpus 2 compila, principalmente, textos provenientes de jornais e revistas virtuais, como colunas e artigos de opinião.

Pelo uso de ferramentas da plataforma, os resultados foram filtrados por formas de palavra específicas e/ou por lexemas. Ao utilizar a filtragem por lexemas, mesclam-se, em um só rótulo, formas com variações de gênero, número e, em casos de lexemas verbais, suas formas nominais. Isso permite visualizar de maneira mais ampla, em uma lista, a heterogeneidade entre os produtos prefixados, evitando que formas diferentes para o mesmo lexema ocupem mais de uma posição, como *pré-requisito* e *pré-requisitos*.

também sugerida (cf. CORBIN, 1987; PENA, 1999, p. 4333, entre outros) em relação a prefixos como *anti-* e *inter-*, uma vez que, combinados com bases nominais, formam estruturas com valor predicativo (cf. colchão *antiescaras*, viadutos *inter-regiões*)”.

⁴De modo a coletar em *corpora* da língua escrita apenas as formas tônicas dos prefixos *pré-* e *pós-*, a pesquisa levou em conta as formas com acento gráfico.

4 Análise e discussão dos dados coletados

A partir das consultas empreendidas, e com auxílio das ferramentas disponibilizadas no Corpus do Português, foi possível observar especificidades relativas ao comportamento dos prefixos que constituem o foco deste estudo. A seguir, são apresentadas problematizações e discussões acerca dos resultados.

4.1 Produtividade

Entendemos que a produtividade se relaciona à capacidade de os falantes gerarem novas estruturas combinando elementos morfológicos existentes no léxico. Em se tratando de linguística de *corpus*, cabe, antes de tudo, salientar a diferença entre frequência de *type* e frequência de *token* (cf. BAUER, 2001): a primeira se refere ao número de entradas distintas e é útil para medir a diversidade lexical do *corpus*, enquanto a segunda se refere ao número total de ocorrências dos elementos e é útil para mensurar o tamanho ou a extensão do *corpus*. A frequência de *types* pode auxiliar na verificação da produtividade, uma vez que produtos não dicionarizados indicam formações novas produzidas pelos falantes.⁵

Os prefixos *pré-* e *pós-* registraram, respectivamente, mais de 4 mil e 3,2 mil lexemas distintos no Corpus 1, ao passo que o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (HOUAISS; VILLAR, 2009), por exemplo, não registra mais que 800 verbetes iniciados com *pré-* e mais que 200 verbetes iniciados com *pós-*, considerando ambas suas formas tônica e átona. Para além da alta frequência de construções lexicalizadas e dicionarizadas, como *pré-adolescência*, *pré-histórico*, *pré-aquecer*, *pós-guerra*, *pós-moderno* e *pós-graduar*, encontramos lexemas menos comuns, com poucas ocorrências, como *pré-aparelho*, *pré-elétrico*, *pré-saborear*, *pós-gangue*, *pós-orgânico* e *pós-processar*. Essa propriedade fundamental da produtividade relaciona-se à flexibilidade e à adaptabilidade da linguagem e evidencia a utilização de estruturas já estabelecidas para a criação de novas expressões. A constatação fica mais evidente quando se destacam produtos prefixados cuja base nominal designa produtos, marcas ou eventos (cf. *pré-Twitter*, *pré-Libertadores* e *pós-Oscar*). De modo geral, considerando-se a contagem de *types*, *pré-* e *pós-* se mostram bastante produtivos nos *corpora* pesquisados.⁶

4.2 Propriedades combinatórias dos prefixos *pré-* e *pós-*

Ambos os prefixos se acoplam sem maiores dificuldades a bases de diferentes categorias gramaticais. Para *pré-*, temos, por exemplo: [N *sal*] → [N *pré-sal*]; [A *histórico*] → [A

⁵De acordo com Baayen (2009), a contagem de *types*, que leva em consideração o número de formas de palavra únicas em um *corpus*, oferece uma indicação a respeito do que chama de “produtividade realizada” de um processo morfológico. No entanto, o autor argumenta que a frequência de *types* fornece apenas uma aproximação da produtividade de um esquema, uma vez que outros fatores podem afetar a produtividade. Essa discussão, no entanto, foge do escopo da presente pesquisa; para fins deste trabalho, consideramos que a frequência de *types* já é suficiente para atestar algum grau de produtividade da prefixação com *pré-* e *pós-* no português.

⁶A seguir, mostramos que o uso considerado “atípico” (pela tradição gramatical) de produtos denominais prefixados com *pré-* e/ou *pós-* em aposição a nomes (como em *creme antirrugas*) também apresenta relativa produtividade.

pré-histórico]; [v *aquecer*] → [v *pré-aquecer*]. Para *pós-*: [N *graduação*] → [N *pós-graduação*]; [A *operatório*] → [A *pós-operatório*]; [v *pagar*] → [v *pós-pagar*]⁷. As categorias mais frequentes entre os produtos são, em ordem decrescente: nomes, adjetivos e verbos.

A prefixação com *pré-* e *pós-* nem sempre tem escopo sobre apenas uma palavra. Uma vez que os referidos prefixos são utilizados para expressar a relação de temporalidade entre uma entidade e outra, seu escopo pode incidir sobre conceitos que são expressos por mais de uma palavra, como sintagmas nominais: *pré-eleição de 2014*, *pré-Segunda Guerra Mundial*, *pós-colheita de frutas e hortaliças* e *pós-Game of Thrones* são alguns exemplos encontrados nos *corpora*.⁸

A classificação das unidades de texto da plataforma não é sensível a relações mais amplas em meio às frases, restringindo-se a uma identificação morfológica básica que leva em consideração, de maneira acentuada, a categoria gramatical da forma originária à qual o prefixo se adjunge. Em uma expressão como *pré-Segunda Guerra Mundial*, por exemplo, uma interpretação superficial, sem cuidados adicionais, pode propor a incidência da prefixação sobre um adjetivo (*pré-Segunda*). Neste sentido, foram percebidas algumas inconsistências na classificação automática, motivo pelo qual os contextos de ocorrência dos produtos tiveram que ser analisados qualitativamente, de modo a complementar os dados quantitativos extraídos.

4.3 As formações em aposição

Nos produtos prefixados com *pré-* e *pós-*, a categoria gramatical da base à qual o prefixo se acopla geralmente é preservada, como em [N *história*] → [N *pré-história*]. Apesar disso, o comportamento dos produtos no uso corrente da língua — que se reflete nos registros dos *corpora* — não aparenta corresponder sempre ao da categoria gramatical da base. O produto *pré-sal* (5.209 ocorrências no Corpus 1), por exemplo, é formado a partir de um nome, mas pode suceder outro nome, como em *camada pré-sal* (233 ocorrências no Corpus 1). É comportamento atípico de nomes posicionar-se ao lado de outro, qualificando-o⁹ (cf. a má formação de **camada sal*, por exemplo). Esta função é normalmente exercida por adjetivos, motivo pelo qual se poderia pensar em recategorização gramatical do segundo elemento.

A aproximação entre as categorias dos nomes e dos adjetivos é notória. Em línguas como o português, ambas flexionam para gênero e número gramatical. Além disso, uma quantidade considerável de vocábulos é registrada em dicionários como pertencente às duas categorias, como o lexema *graduado*, o que, conseqüentemente, pode elucidar o motivo pelo qual o produto *pós-graduado* também apresenta comportamento similar: cf. “Um profissional *pós-graduado*...” e “Os *pós-graduados* em TIC poderão ser recrutados...”¹⁰

⁷Encontrado principalmente em sua forma *pós-pago*.

⁸Uma proposta de análise para tais estruturas encontra-se em Jackendoff e Audring (2018). Os autores sugerem a interseção entre diferentes domínios em um mesmo nível de representação da língua — neste caso, entre morfossintaxe e sintaxe frasal —, o que permite que afixos se acoplem a “constituintes frasais”. Entre os exemplos de Di Sciullo e Williams (1987 apud JACKENDOFF; AUDRING, 2018) para tal fenômeno na língua inglesa está *matter-of-factness*. Jackendoff e Audring interpretam a estrutura da seguinte maneira: [N [NP *matter of fact*] [AFF *ness*]].

⁹Substantivos colocam-se em aposição a outros geralmente em nomes compostos.

¹⁰Esta passagem de adjetivo para nome é referida por alguns autores como resultado de “deslizamento”

A mesma explicação não pode ser conferida aos casos em que os prefixos se acoplam a bases como *sal*, *venda*, *guerra* e *parto*, para as quais não é atestado prévio comportamento adjetival. No entanto, todas elas são prefixadas com *pré-* e/ou *pós-* e ocorrem após outros nomes, como em *camada pré-sal*, *serviço pós-venda*, *período pré-guerra* e *depressão pós-parto*.¹¹ Apesar disso, diferem dos adjetivos por não acompanharem os nomes na flexão de gênero e número, como podemos ver em (1) e (2):

- (1) [[N masc, pl *mundos*] [prefixo *pós-*[N fem, sg *guerra*]]]
 (2) [[N fem, sg *depressão*] [prefixo *pós-*[N masc, sg *parto*]]]

Este descompasso se relaciona com outro fenômeno linguístico. Certos nomes ocorrem em estruturas denominadas por Rio-Torto (2013a) de “nomes em aposição” ou “construções N1+N2”, como *padrão* e *revelação* em *configurações padrão* e *artistas revelação*, respectivamente. A autora reconhece a possibilidade de essas estruturas estarem no limiar de diferentes domínios da língua, o que explicaria a celeuma entre linguistas que tentam classificá-las. Rio-Torto (2013a) afirma categoricamente que o segundo elemento não é um adjetivo, mas sim um nome com uma função predicativa. Longo (2000) utiliza a expressão “nome atributivo”, enquanto Noailly (1990) fala em “substantivo epíteto”.

Transpondo esta discussão classificatória para as formações em aposição por nós estudadas, em que o segundo elemento é um produto prefixado por *pré-* ou *pós-*, é possível explorar as possibilidades de recategorização gramatical (em que haveria um N seguido de A) e de composição (em que haveria um composto [N1+N2]). Nunes (2006) admite a primeira possibilidade, ou seja, a passagem de nome para adjetivo provocada pela prefixação com *pré-* e/ou *pós-*. Por outro lado, estudos de Rio-Torto (2013a, 2013b) parecem apontar para uma semelhança com compostos do tipo [N1+N2]. Seja qual for a denominação utilizada para se referir ao segundo elemento ou à estrutura como um todo, as construções [N1 *prefixo*-N2] ocupam parcela importante em meio aos dados extraídos dos *corpora*, como é possível visualizar no Quadro 1:¹²

de categoria (NEVES, 2000 apud LAWALL, 2008) ou “flutuação categorial” (LEMLE, 1984 apud LONGO; HÖFLING; SAAD, 1997). Basílio afirma que a conversão categorial entre substantivos e adjetivos é comum no português, apesar de fazer uma distinção entre este fenômeno e os de extensão de propriedades, “em que um item lexical ou classe de itens assume apenas uma ou outra das propriedades de uma outra classe” (2002, p. 76), como no caso da substantivação.

¹¹ Isso não exclui formas como o *pré-sal*, a *pós-venda*, a *pré-guerra* e o *pós-parto*, em que não há indícios de comportamento atípico do produto prefixado. Além disso, nestes e outros casos similares, o produto geralmente aceita artigos masculinos, ainda que a base seja feminina (cf. *o pós-venda*, *o pré-guerra*), o que sugere a influência de um elemento suprimido (cf. *o período pós-venda*, *o período pré-guerra*).

¹² A principal questão em discussão no Quadro 1 diz respeito à quantidade de produtos prefixados em aposição a outros nomes em estruturas [N1 *prefixo*-N2]. Por isso, o número de *tokens* passa a ser relevante, uma vez que ocorrências em aposição a outros Ns ou não podem fazer parte do mesmo *type*. Conforme demonstramos na nota anterior, um nome com posição de N2 nas estruturas estudadas pode ocorrer em outros contextos.

Quadro 1 — Ocorrências dos prefixos *pré-* e *pós-*

Prefixo	<i>prefixo-*</i> : ocorrências totais		N <i>prefixo-*</i> : ocorrências precedidas por N		N1 <i>prefixo-N2</i> : ocorrências originadas em N2 e precedidas por N1	
	Corpus 1	Corpus 2	Corpus 1	Corpus 2	Corpus 1	Corpus 2
<i>pré-</i>	80.611	142.991	27.537 (30,16%)	40.341 (28,21%)	3.825 (4,74%)	11.490 (8,03%)
<i>pós-</i>	56.406	65.567	16.099 (28,54%)	20.549 (31,34%)	6.988 (12,38%)	9.487 (14,46%)

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados do Corpus do Português.

O tipo de estrutura [N1 *pré*-N2] representa 3.825 ocorrências no Corpus 1 e 11.490 ocorrências no Corpus 2. Entre os lexemas mais frequentes prefixados por *pré-*, *pré-sal* é o que se mostra de maneira mais propensa a apresentar comportamento divergente ao da categoria do lexema de origem não prefixado — p. ex., em formações como *camada pré-sal*. O restante do conjunto mostra-se mais resistente a esse comportamento, apesar de conter, em casos pontuais, exemplos que merecem destaque — como *pré-venda* e *pré-temporada*, em formações como *estimativa pré-venda* e *treinos pré-temporada*.

Por outro lado, ao analisar os lexemas mais frequentes prefixados por *pós-*, nota-se uma tendência maior a esse comportamento: *pós-guerra*, *pós-parto* e *pós-venda* são alguns exemplos de produtos que ocorrem frequentemente em aposição a outros nomes. Ao todo, foram encontradas 6.988 ocorrências no Corpus 1 e 9.487 ocorrências no Corpus 2 para estruturas do tipo [N1 *pós*-N2], o que representa, em ambos os casos, mais de 12% das ocorrências totais de *pós-* em cada *corpus*. Algumas delas incluem: *depressão pós-parto*, *serviços pós-venda* e *período pós-guerra*.

No Quadro 2, é possível ver as ocorrências mais frequentes das formações em aposição para ambos os prefixos, considerando N2 somente verbetes classificados unicamente como substantivos no *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*.

Quadro 2 — Formações [N1 *pré*-N2] mais frequentes nos *corpora*, em ordem decrescente

[N1 <i>pré</i> -N2]		[N1 <i>pós</i> -N2]	
Corpus 1	Corpus 2	Corpus 1	Corpus 2
<i>camada pré-sal</i>	<i>camada pré-sal</i>	<i>depressão pós-parto</i>	<i>depressão pós-parto</i>
<i>refeição pré-treino</i>	<i>nível pré-crise</i>	<i>serviço pós-venda</i>	<i>cena pós-crédito</i>
<i>parto pré-termo</i>	<i>período pré-crise</i>	<i>período pós-guerra</i>	<i>serviço pós-venda</i>
<i>inspeção pré-embarque</i>	<i>profilaxia pré-exposição</i>	<i>cena pós-crédito</i>	<i>avaliação pós-programa</i>
<i>nível pré-crise</i>	<i>patamar pré-crise</i>	<i>período pós-independência</i>	<i>entrevista pós-jogo</i>

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados do Corpus do Português.

Destacamos que os produtos prefixados encontrados nestes contextos não permanecem restritos a construções gramaticais específicas, isto é, podem combinar-se com outros nomes na posição de N1. Por exemplo, o produto *pré-sal* foi encontrado ao lado de lemas nominais como *camada*, *província* e *petróleo*, enquanto *pós-parto* foi encontrado após *período* e *hemorragia*. Além disso, os produtos aceitam advérbios predecessores em alguns casos, o que os afasta de compostos, que geralmente não permitem elementos intermediários: *níveis quase pré-crise*, *época tão pré-computador*, *fase ainda pré-conflicto*, *reações imediatamente pós-birra*, *ironia antecipadamente pós-metafísica*, *período imediatamente pós-guerra civil*. No entanto, como exemplificado em (1) e (2), não respondem bem a alterações de qualquer natureza em sua estrutura, incluindo aquelas de flexão de gênero e número gramatical, o que os afasta de adjetivos regulares.

4.4 Alterações nos produtos prefixados

Explorando a fundo os resultados das consultas empreendidas nos *corpora* para além das formações mais frequentes, constata-se que há significativa quantidade de expressões relativas a datas e eventos históricos, celebridades e personalidades políticas, produtos e programas culturais, entre outros temas presentes nas pautas dos textos disponíveis nas fontes de extração. Algumas formações desse tipo incluem: *pré-ENEM*, *pré-Oscar*, *pré-Libertadores*, *pós-Brexit*, *pós-BBB*, *pós-Pelé* e *pós-ditadura*. São, em sua maioria, produtos não dicionarizados e possuem baixa frequência individual.

Esses produtos mostram que os prefixos se acoplam a nomes para os quais não há adjetivos correspondentes (p. ex., *pós-BBB*), bem como a nomes para os quais os adjetivos correspondentes são preteridos (p. ex., *pós-ditadura* sendo mais comum que *pós-ditatorial* ao suceder país).¹³ Ao estabelecer uma propriedade que se refira ao período posterior

¹³Em relação ao N2 das formações analisadas por Rio-Torto, a autora declara que “o nome é uma escolha mais otimizada e impressiva do que a do adjetivo corradical, que aliás nem sempre está disponível na língua” (2013a, p. 20). Longo (2000, p. 282) afirma que “a existência de lacunas lexicais adjetivas e o emprego metafórico favorecem as construções NN”. Ainda assim, mesmo quando há adjetivo disponível na língua, diferentes valores semânticos podem ser atribuídos para cada caso, como se verifica na comparação entre *criança-prodígio* e *criança prodigiosa* (RIO-TORTO, 2013a, 2013b).

ou anterior a alguma entidade específica, especialmente quando esta entidade é expressa por nome próprio, a prefixação com *pré-* e *pós-* tende a não envolver, em meio ao processo, a criação de formas adjetivais sufixadas. Assim, *premição pós-Oscar* torna-se mais razoável que *premição *pós-oscarística* ou **pós-oscariana*, pois o principal referencial assenta-se no nome a ser prefixado, de modo a conservá-lo. Porém, isso também ocorre quando não se trata de nome próprio a ser prefixado, como atesta o produto *pós-ditadura* e *pós-morte*, mais comum que *pós-mortal* em formações como *vida pós-morte*.

Os nomes prefixados com *pré-* e *pós-* utilizados para modificar semanticamente outros Ns, geralmente estabelecendo uma relação de caráter temporal, tornam-se resistentes a alterações comuns no uso padrão de adjetivos. Suas formas são preservadas, sugerindo a necessidade de especificação estrita de referente. No que concerne à flexão, caso houvesse mudança de número ou gênero gramatical, haveria alteração nas propriedades de referenciação dos nomes: por exemplo, as propriedades de referenciação da expressão *períodos pós-guerra* são distintas daquelas de *períodos pós-guerras*. Desta maneira, há certa independência da base N no produto prefixado com *pré-* e *pós-*, o que permite também a pluralização somente do segundo elemento, como em *cena pós-créditos*. Quando a forma linguística mais utilizada para designar o referente almejado para N2 é pluralizada (*créditos*), as formações em aposição mais frequentes acabam sendo influenciadas fortemente por motivações de ordem semântica, como é possível ver no Quadro 3:

Quadro 3 — Comparação entre *pós-créditos* e *pós-crédito* após *cenalcen*

Formação em aposição	Ocorrências
<i>cena pós-créditos</i>	265
<i>cen</i> s pós-créditos	99
<i>cena pós-crédito</i>	46
<i>cen</i> s pós-crédito	8

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados do Corpus do Português.

Cabe salientar que, nos compostos de tipo [N1+N2] estudados por Rio-Torto (2013a, 2013b) e Longo (2000), é possível haver casos de flutuação em relação ao uso do plural. A marcação única no primeiro elemento, nos *corpora* de Rio-Torto, é mais utilizada para sinalizar o plural da estrutura como um todo, como em *decretos-lei* e *palavras-chave*. Entretanto, a autora afirma que “o plural do N2 se tornou mais recorrente nas últimas décadas, evidenciando um estado de mudança em línguas como o português, o italiano e o espanhol” (RIO-TORTO, 2013b, p. 28),¹⁴ destacando formações presentes tanto no português europeu (p. ex., *cães-polícias*, com maior frequência que *cães-polícia*) quanto no português brasileiro (p. ex., *palavras-chaves*, com frequência significativa). Em expressões mais consolidadas, a dupla pluralização em compostos é recorrente.¹⁵

¹⁴Tradução livre. No original: “the plural of N2 increased in the last decades and promotes a changing stage of Portuguese, Italian, Spanish languages”.

¹⁵Em nossas consultas, foram encontrados os seguintes registros no Corpus 1: *funcionários fantasmas* (666 ocorrências); *pontos chaves* (108 ocorrências); *visitas surpresas* (32 ocorrências).

A concordância de número gramatical é utilizada como um dos critérios para atestar a conversão de nome para adjetivo por Longo, Höfling e Saad (1997), em uma análise que considerou 224 compostos na língua portuguesa. Por outro lado, Rio-Torto afirma que “a pluralização de N2 não transforma este num adjetivo” (2013a, p. 20) e demonstra que, em construções em que N2 tem valor atributivo e funciona como um categorizador de N1 (cf. *empresa-líder, escola-piloto, situação-limite*), a pluralização do segundo elemento é assistemática e pode não se manifestar quando a predicação é partitiva — isto é, quando N2 atribui algumas de suas propriedades prototípicas a N1 —, diferentemente da pluralização quase obrigatória em compostos coordenativos, que permitem paráfrases como “X é N1 e N2”. Em nossas buscas, não encontramos indícios substanciais de concordância compulsória nas formações em aposição. Consideramos que a pluralização geral da estrutura [N1 *prefixo*-N2], com o prefixo sendo *pré-* ou *pós-*, é feita no primeiro elemento, ao passo que a pluralização no produto prefixado depende, principalmente, do referente de N2.

Basílio et al. (2002, p. 390), em uma análise da expressão *Japão pré-guerra*, afirma: “Assim, se os elementos prefixais não provocam mudanças de classe ao unirem-se a uma base, a forma derivada torna-se susceptível, no entanto, de apresentar função adjetiva”. Sandmann (1988) também utiliza a expressão “função adjetiva” ao estudar produtos prefixados por *anti-*, e Ganança (2017) afirma que o par *pré-/pós-* atua de maneira similar. Além disso, como argumento fundamental para diferenciar prefixação e composição, Sandmann (2020[1992], p. 37) leva em conta um critério semântico: enquanto as bases nominais, adjetivais e verbais nos compostos vernáculos expressam ideias particulares (p. ex., *psicologia, agricultura, caça-talentos*), os prefixos expressam ideias gerais, normalmente de valor preposicional ou adverbial (p. ex., *sem-vergonha, rebatizar*). Desse modo, parece prudente considerar que os casos por nós estudados se diferenciam tanto de sintagmas [N+A] quanto de compostos [N1+N2] convencionais, apesar de o segundo elemento qualificar (ou modificar semanticamente) o primeiro.

5 A influência da prefixação na ocorrência de formações [N1 *prefixo*-N2]

Na língua portuguesa contemporânea, algumas formas classificadas como nomes se mostram mais propensas a atuar com valor atributivo sobre outras. É o caso de *chave* e *relâmpago*, por exemplo. Por outro lado, formas como *parto* ou *sal* não parecem ter o mesmo potencial caso não estejam acompanhadas de um prefixo. Esta característica chama atenção justamente por a prefixação ser relegada a um espaço de pouca relevância em relação a possíveis influências no comportamento morfossintático dos produtos. Geralmente, ela é descrita como um processo de modificação que atua quase exclusivamente no nível semântico. Entretanto, se, por um lado, a contribuição semântica da prefixação com *pré-* e *pós-* é evidente, parece-nos que, por outro, a adjunção dos prefixos a lexemas nominais, ou até mesmo sintagmas nominais, interfere no comportamento sintático das bases. Em outras palavras, é a prefixação em N que permite que o produto atue como modificador semântico de outro N nas formações em aposição do tipo [N1 *prefixo*-N2]. Contudo, essa propriedade observada em *pré-* e *pós-* não se aplica à prefixação de modo geral. O comportamento atípico, que já foi interpretado como consequência de certo “poder transcategorizador” (NUNES, 2006) ou “mudança de classe” (ALVES, 2002), não é observado em todos os prefixos.

Alguns prefixos que, parece-nos, também possibilitam estruturas do tipo [N1 *prefixo*-N2] incluem: os atitudinais *anti-* e *pró-*; os locativos *extra-* e *intra-*; os que expressam bilateralidade, reciprocidade e/ou medialidade *entre-* e *inter-*; e alguns quantificadores como *multi-*, *pluri-* e *poli-*.¹⁶ Além destes, há exemplos como o prefixo de negação *a-* em *acaule*, apontado por Villalva (2003) como uma excepcionalidade. Neste último caso, realmente parece que estamos diante de uma idiosincrasia, justamente pela falta de regularidade do processo em outros produtos prefixados por *a-*. Por outro lado, o mesmo não pode ser dito de *pós-*, já que mais de 12% de suas ocorrências nos *corpora* correspondem a formações [N1 *prefixo*-N2]. O prefixo *pré-*, apesar de menos propenso a essas construções, também possibilita as referidas estruturas. Tudo isso nos motiva a considerar que esse “comportamento divergente” ou “uso atípico” da prefixação parece ser, na verdade, um fenômeno com relativo grau de produtividade.

A presença do prefixo no segundo elemento parece crucial para a viabilidade e aceitação dessas estruturas no uso corrente da língua. As formações mais frequentes foram examinadas quanto à sua usabilidade sem o prefixo, e os resultados mostraram que sua frequência diminui drasticamente, chegando a zero em muitos casos. O Quadro 4 abaixo, que apresenta algumas das formações mais frequentes do tipo [N1 *pré*-N2] ou [N1 *pós*-N2] no Corpus 1, ilustra a importância fundamental do prefixo espaço-temporal na formação das estruturas:

Quadro 4 — Ocorrências de [N1 *prefixo*-N2] sem o prefixo, no Corpus 1

Formação em aposição	Ocorrências	Ocorrências sem o prefixo no segundo elemento
<i>depressão pós-parto</i>	460	0
<i>camada pré-sal</i>	229	1
<i>serviço pós-venda</i>	131	1
<i>período pós-guerra</i>	122	3
<i>período pós-independência</i>	86	0
<i>refeição pré-treino</i>	77	0

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados do Corpus do Português.

É seguro dizer que formações como *depressão parto* ou *camada sal* não são comuns nos textos disponíveis nos *corpora*, diferentemente de *depressão pós-parto* e *camada pré-sal*. A presença do prefixo nas formações elencadas no Quadro 4 coloca-se como marca distintiva. *Depressão pós-parto* é, por definição simples, uma depressão posterior ao parto, em uma linha temporal. Já *camada pré-sal* diz respeito a uma camada anterior ao sal, em determinada disposição espacial. Nestas formações em aposição, a função que os prefixos exercem parece oportunizar uma estrutura em que a base se preserva de maneira integral, uma vez que a constituição de sua forma é fundamental para recuperar o

¹⁶Exemplos retirados de Rio-Torto (2019): *antiaborto*, *pró-escolha*, *extraclasse*, *intramuros*, *entrelinhas*, *intercidades*, *multifunção*, *pluripartido*, *polivitaminas*.

significado e estabelecer, então, uma relação espaço-temporal entre ela e o referente do núcleo da formação.

Em outras palavras, a presença dos prefixos *pré-* e/ou *pós-* permite que o produto prefixado ocupe a posição de N2 em formações [N1 *prefixo*-N2], criando expressões viáveis e até mesmo recorrentes nos *corpora* consultados. As formações em aposição se mostraram relativamente produtivas, considerando a alta frequência de *types* correspondente a produtos não dicionarizados na posição de segundo elemento. Essa constatação vai de encontro à visão tradicional sobre a prefixação, uma vez que os critérios geralmente utilizados para caracterizar esse processo (AZEREDO, 2000; BECHARA, 2019; VILLALVA, 2003) negam influência significativa do prefixo sobre o comportamento morfossintático dos produtos. Os prefixos, nas formações em aposição estudadas em nossa pesquisa, estão exercendo muito mais influência do que inicialmente se supõe.

6 Considerações finais

Os prefixos *pré-* e *pós-* são usados para se referir a posições temporais e/ou espaciais relativas a alguma entidade. Eles se adjungem frequentemente a palavras ou expressões que descrevem eventos, períodos de tempo, tecnologias, tendências culturais e até mesmo personalidades, de forma a criar, a partir do processo, novas formas na língua portuguesa, ao que se pode dizer que estes prefixos são produtivos, inclusive quando se adjungem a nomes e se colocam em aposição a outro. Nestes casos, os atributos semânticos carregados pelos referidos prefixos e as relações por eles intermediadas parecem influenciar o comportamento morfossintático da base e dar-lhe certa independência.

As estruturas oportunizadas pelos prefixos (formações em aposição) favorecem uma leitura interpretativa inicial de recategorização gramatical, o que, acreditamos, não acontece efetivamente, principalmente porque não há sinais de concordância gramatical entre os elementos. Tampouco acreditamos que os casos por nós estudados funcionam da mesma maneira que um composto [N1+N2]. Apesar disso, consideramos que o produto prefixado assume propriedades semânticas típicas de adjetivo, sendo a principal delas a de qualificar o núcleo da formação.

Por fim, destacamos que parcela significativa das ocorrências dos prefixos *pré-* e *pós-*, nos *corpora* consultados, representa o uso das formações do tipo [N1 *prefixo*-N2], o que desmotiva avaliar o fenômeno como uma idiosincrasia ou exceção pontual. Em fases iniciais de pesquisa, no entanto, não é prudente apontar de modo categórico para as características que ensejam as estruturas aqui apresentadas. Todavia, ao que tudo indica, condições semânticas tendem a permitir o surgimento destas estruturas, uma vez que a relação temporal e/ou espacial estabelecida por *pré-* e *pós-* exige a identificação de duas entidades, e a recuperação do significado denotado pela base (N2) impede alterações morfológicas no produto prefixado, que carrega valor atributivo em relação ao núcleo.

Referências

- ALVES, I. M. Prefixos negativos no português falado. In: ILARI, R. *Gramática do português falado*. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2002, v. 2. p. 91-100.
- AZEREDO, J. C. *Fundamentos de gramática do português*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BASÍLIO, M. Flutuação de base categorial adjetiva no português falado. In: ILARI, R. *Gramática do português falado*. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2002, v. 2. p. 75-90.
- BAAYEN, H. Corpus linguistics in morphology: Morphological productivity. In: LÜDELING, A.; KYTÖ, M. (ed.). *Corpus Linguistics*. Berlin, New York: De Gruyter, 2009. p. 899-919.
- BASÍLIO, M. et al. Derivação, composição e flexão no português falado: condições de produção. In: CASTILHO, A. T. (org.). *Gramática do português falado*. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2002, v. 3. p. 363-429.
- BAUER, L. *Morphological productivity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- DAVIES, M. O corpus do português. *Corpus do Português*. Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org/>. 2016. Acesso em: 10 abr. 2023.
- GANANÇA, J. H. L. *Um estudo da prefixação em unidades lexicais neológicas coletadas de blogs da internet*. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- JACKENDOFF, R.; AUDRING, J. Relational Morphology in the Parallel Architecture. In: AUDRING, J.; MASINI, F. (ed.). *The Oxford Handbook of Morphological Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- LAWALL, R. F. *Nome ou adjetivo? A identificação de elementos ambíguos no DP por falantes adultos do PB*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.
- LONGO, B. N. de O.; HÖFLING, C.; SAAD, J. C. Os nomes em função adjetiva não predicativa: contrastes. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 41, p. 91-107, 1997.
- LONGO, B. N. de O. Nomes atributivo no português brasileiro falado. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 44, p. 273-283, 2000.
- NOAILLY, M. *Le substantif épithète*. Paris: PUF, 1990.
- NUNES, S. M. da C. *Prefixação espaço-temporal na língua portuguesa*. Dissertação (Mestrado em Linguística Portuguesa) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2006.
- RIO-TORTO, G. Interface morfologia-sintaxe-semântica: variação flexional em compostos NN. *Revista Diadorim: Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, número especial, 2013, p. 11-24, 2013a.

RIO-TORTO, G. Nouns in apposition: Portuguese data. *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, Porto, v. 8, p. 17-38, 2013b.

RIO-TORTO, G. *Prefixação na língua portuguesa contemporânea*. São Paulo: Cortez, 2019.

SANDBMANN, A. J. *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba: Sciencia e Labor/Ícone, 1989.

SANDBMANN, A. J. *Morfologia lexical* [Recurso eletrônico]. Curitiba: Ed. UFPR, 2020 [1992].

SCHWINDT, L. C. A forma e o uso dos prefixos PRÉ- e PÓS- no português falado no sul do Brasil. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 57-72, 2005.

VILLALVA, A. Formação de palavras: afixação. In: MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

Artigo recebido em 13 de julho de 2023.

Artigo aceito em 25 de abril de 2024.